

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO – PPGINFO
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO

SHEILA GERBER PERES

PROPOSTA DE BALANÇO SOCIAL COM BASE NOS INDICADORES DO IBASE
PARA A UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC

FLORIANÓPOLIS

2022

SHEILA GERBER PERES

**PROPOSTA DE BALANÇO SOCIAL COM BASE NOS INDICADORES DO IBASE
PARA A UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Gestão da Informação, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Unidades de Informação. Linha de pesquisa: Gestão de Unidades de Informação.

Orientador: Prof. Dr. Júlio da Silva Dias

FLORIANÓPOLIS

2022

Peres, Sheila Gerber,

Proposta de Balanço Social com base nos indicadores do Ibase para a Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc / Sheila Gerber Peres. -- 2022.

107 p.: il.

Orientador: Júlio da Silva Dias

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão de Unidades de Informação, Florianópolis, 2022.

1. Ciência da Informação. 2. Responsabilidade Social. 3. Balanço Social. 4. Ibase. I. Dias, Júlio da Silva. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão de Unidades de Informação. III. Título.

SHEILA GERBER PERES

**PROPOSTA DE BALANÇO SOCIAL COM BASE NOS INDICADORES DO
IBASE PARA A UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA –
UDESC**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Gestão da Informação, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Unidades de Informação. Linha de pesquisa: Gestão de Unidades de Informação.

Orientador: Prof. Dr. Júlio da Silva Dias

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Júlio da Silva Dias

Universidade do Estado de Santa Catarina

Membros:

Prof Dr Nério Amboni

Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof Dr Alexandre Marino Costa

Universidade Feceral de Santa Catarina

Florianópolis, 15 de junho de 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo dessa jornada. Obrigada por ser a minha força e o meu guia em todos os momentos

Ao meu esposo Marcelo e meu filho Fernando, que vivenciaram diariamente todos os sentimentos possíveis que o Mestrado me proporcionou! Obrigada por todo amor, companheirismo, compreensão e apoio em tantos momentos difíceis desta trajetória. Nada disso teria sentido se vocês não existissem na minha vida.

Aos meus pais, Eraldo e Vera e meu irmão Charles, pelo apoio e incentivo em todos os momentos e decisões da minha vida. Por acreditarem em mim, e me encorajarem para a concretização de mais esse sonho, o título de Mestre. Aos demais familiares, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização desta dissertação.

Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado, em especial minha amiga Carla, que me incentivou na retomada aos estudos, me impulsionando sempre e não me deixando desanimar, me fazendo acreditar que eu conseguiria.

Ao meu orientador, professor Dr. Júlio da Silva Dias, por ter conduzido meu trabalho com dedicação, e aos demais professores do PPGinfo, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu processo de aprendizado.

Agradeço ao professor Nério Amboni (UDESC) e Marli Dias de Souza Pinto (UFSC), membros titulares da banca de qualificação que tanto enriqueceram esse trabalho com suas experiências.

À Universidade do Estado de Santa Catarina, por me oportunizar um aperfeiçoamento gratuito e de excelência.

Aos colegas de trabalho da PROPLAN/CPROR agradeço a paciência e parceria que tiveram comigo durante a minha ausência.

Aos meus colegas de mestrado, por compartilharem comigo tantos momentos de descobertas e aprendizado principalmente minha amiga Dayane por toda ajuda e por todo o companheirismo ao longo deste percurso.

A todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo meus conhecimentos pessoais e profissionais.

RESUMO

As Universidades Públicas desempenham papel fundamental na sociedade, uma vez que são espaços de produção do conhecimento e disseminação da informação. Gerir a informação é um grande desafio para que organizações, públicas ou privadas, se mantenham competitivas e inovadoras diante das demandas e das exigências do contexto em que estão inseridas. Tem como objetivo geral propor modelo de Balanço Social baseado nos indicadores propostos pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase como instrumento de informação para a UDESC. O quadro teórico abrange os assuntos Ciência de Informação, Balanço Social, Balanço Social e Responsabilidade Social, Balanço Social e Desenvolvimento Sustentável. e a descrição do modelo IBASE de Balanço Social. A pesquisa é um estudo de caso e as técnicas de coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica e documental. A proposta foi desenvolvida tomando-se por base: o desenvolvimento e os tipos de informações apresentadas nos Balanços Sociais publicados por Instituições de Ensino Superior Catarinenses, o modelo de Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase, os Indicadores propostos pelo Ibase em relação aos dos modelos de Balanços Sociais publicados pelas IES e o alinhamento entre o Balanço Social do Ibase com o da Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc. A proposta de Balanço Social no âmbito da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, utiliza doze indicadores:1-Apresentação da entidade,2-Origem dos recursos,3-Aplicação de recursos,4-Indicadores sociais internos,5-Projetos, ações e contribuições para a sociedade,6-Outros indicadores,7-Indicadores sobre o corpo funcional,8-Qualificação do corpo funcional,9-Indicadores de Cursos da Instituição,10-Informações relevantes quanto à ética, transparência e Responsabilidade Social,11-Indicadores Ambientais e Sustentabilidade e 12-Outras informações. Diante das informações constantes nessa proposta, verifica-se que a elaboração e publicação do balanço mostra o quanto a instituição tem de comprometimento com a transformação e melhoria social, dando transparência aos atos de gestão e auxiliando na tomada de decisões, podendo mensurar o nível de satisfação da sociedade por meio de indicadores.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Responsabilidade Social; Balanço Social; Ibase.

ABSTRACT

Public Universities play a fundamental role in society, since they are spaces for the production of knowledge and the dissemination of information. Managing information is a major challenge for organizations, public or private, to remain competitive and innovative in the face of the demands and requirements of the context in which they operate. Its general objective is to propose a Social Balance model based on the indicators proposed by the Brazilian Institute of Social and Economic Analysis – Ibase as an information instrument for UDESC. The theoretical framework covers the subjects of Information Science, Social Balance, Social Balance and Social Responsibility, Social Balance and Sustainable Development. and the description of the IBASE Social Balance model. The research is a case study and the data collection techniques were bibliographic and documental research. The proposal was developed based on: the development and types of information presented in the Social Balance Sheets published by Higher Education Institutions of Santa Catarina, the Social Balance model of the Brazilian Institute of Social and Economic Analysis – Ibase, the Indicators proposed by Ibase in relation to the models of Social Balances published by HEIs and the alignment between the Social Balance of Ibase with that of the University of the State of Santa Catarina – Udesc. The Social Balance proposal within the scope of the University of the State of Santa Catarina - UDESC, uses twelve indicators: 1- Presentation of the entity, 2- Origin of resources, 3-Application of resources, 4-Internal social indicators, 5-Projects, actions and contributions to society,6-Other indicators,7-Indicators on the staff,8-Qualification of the staff,9-Indicators of Institutional Courses,10-Relevant information regarding ethics, transparency and Social Responsibility,11-Indicators Environmental and Sustainability and 12-Other information. In view of the information contained in this proposal, it appears that the preparation and publication of the balance sheet shows how much the institution is committed to social transformation and improvement, providing transparency to management acts and assisting in decision making, being able to measure the level of society satisfaction through indicators.

Keywords: Information Science; Social Responsibility; Social Balance; Ibase.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	40
Figura 2 - Publicação de BS em Instituições de Ensino Superior	49
Figura 3 - Distribuição das unidades e polos da Udesc	51
Figura 4 - Estrutura Organizacional Udesc	53
Figura 5 - Porcentual de itens presentes nas publicações das 23 IES pesquisadas	56
Figura 6 - Quantidade de itens apresentado por cada IES que publicam Balanço Social	60
Figura 7 - Estrutura do Balanço Social Udesc 2009.....	61
Figura 8 - Estrutura do Balanço Social Udesc 2010.....	64
Figura 9 - Estrutura do Balanço Social Udesc 2011.....	64
Figura 10 - Estrutura do Balanço Social Udesc 2012/2013	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação das 23 Intituições de Ensino Superior pesquisadas de acordo com o percentual de itens presentes nas publicações de seus Relatórios Sociais	58
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição dos grupos Balanço Social Modelo Ibase empresas privadas	45
Quadro 2 - Procedimentos metodológicos por objetivo específico proposto	47
Quadro 3 - IES que publicam Balanço Social ou relatório semelhante em SC	48
Quadro 4 - Divisão dos Centros de Ensino da Udesc pelo Estado de Santa Catarina.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADCE	Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
BS	Balço Social,
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior
CEAS	Conselho Estadual de Assistência Social
CI	Ciência da Informação
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CVM	Comissão de Valores Imobiliários
EUA	Estados Unidos da América
FESC	Fundação Educacional de Santa Catarina
FIDES	Instituto Desenvolvimento Empresarial e Social
FIES	Fundo Financeiro Estudantil
FMP	Faculdade Municipal da Palhoça
FUNEPE	Fundação Educacional Penápolis
FURB	Universidade Regional de Blumenau
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IDH	Índice Desenvolvimento Econômico
IES	Instituto Ensino Superior
IFC	Instituto Federal Catarinense
IFSC	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
LRF	Lei Responsabilidade Fiscal
ODS	Objetivos Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização Nações Unidas
OSCIP	Organização Social civil de Interesse Público
PEC-G	Programa Estudantil Convênio de Graduação
PNE	Portador de Necessidades Especiais
PPGInfo	Programa de Pós-Graduação em Gestão de Unidades Informação
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão

PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RG	Relatório Gestão
RS	Responsabilidade Social
SED	Secretaria Estadual de Educação
SEDSC	Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade federal de Santa Catarina
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIARP	Universidade do Vale do Rio do Peixe
UNICESUMAR	Universidade do Ensino Superior de Maringá
UNIPLAC	Universidade do Planalto Catarinense
UNISATC	Universidade da Associação da Indústria Carbonífera de Santa Catarina
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
UNIVILLE	Universidade da Região de Joinville
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitário da Região de Chapecó
USJ	Universidade de São José

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.2	OBJETIVOS.....	15
1.2.1	Objetivo Geral	15
1.2.2	Objetivos Específicos.....	15
1.3	JUSTIFICATIVA /RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	16
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	19
2.2	BALANÇO SOCIAL	22
2.2.1	História do Balanço Social.....	24
2.2.1.1	<i>Balanço Social na França.....</i>	24
2.2.1.2	<i>Balanço Social em Portugal.....</i>	25
2.2.1.3	<i>Balanço Social na Bélgica</i>	25
2.2.1.4	<i>Balanço Social na Holanda.....</i>	26
2.2.1.5	<i>Balanço Social na Alemanha</i>	26
2.2.1.6	<i>Balanço Social na Espanha.....</i>	26
2.2.1.7	<i>Balanço Social nos Estados Unidos.....</i>	26
2.2.1.8	<i>Balanço Social no Brasil.....</i>	27
2.2.2	Importância da publicação do Balanço Social.....	29
2.3	BALANÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	33
2.4	BALANÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	38
2.4.1	Balanço Social Modelo Ibase	43
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	46
3.1	COLETA DE DADOS	47
4	CARACTERIZANDO A UDESC	50
5	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	55
5.1	DESCRIÇÃO E ANÁLISE.....	55
5.2	ANÁLISE E DISCUSSÃO DO BALANÇO SOCIAL DA UDESC.....	61
6	PROPOSTA DE MODELO PARA BALANÇO SOCIAL	68
7	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	81
7.1	CONCLUSÕES.....	81
7.2	RECOMENDAÇÕES	82

REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE A – LISTA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR VINCULADAS A SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA	97
APÊNDICE B – INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR SELECIONADAS E SEUS PARÂMETROS.....	101
APÊNDICE C – ITENS DO MODELO BALANÇO SOCIAL PROPOSTO PELO IBASE.....	102

1 INTRODUÇÃO

As instituições públicas têm como objetivo promover a satisfação das necessidades da população. Para tanto, conta com recursos públicos destinados ao desenvolvimento de suas ações. Por sua vez, a população está cada vez mais atenta à boa utilização e aproveitamento máximo desses recursos.

Sendo assim, as Instituições de Ensino Superior geridas com recursos públicos, precisam ser exemplo, agindo com rigor em relação a sua responsabilidade social, promovendo projetos, gerando e difundindo conhecimentos para obter interação com a comunidade, pois o objetivo principal dos órgãos e das entidades públicas não é o lucro (superávit), e sim, prestar um serviço de qualidade a comunidade que está inserida. Por isso, é importante tornar público suas ações, utilizando instrumentos que forneçam essas informações à sociedade. Além disso, os mecanismos informativos podem proporcionar formas de melhoria de desempenho, e, conseqüentemente, crescimento da instituição.

Com essa preocupação, não há de se pensar em uma avaliação cuja única finalidade seja aferir legalidade de execução orçamentária e financeira. Necessita-se, igualmente, conhecer em que medida as instituições estão utilizando seus recursos, sabidamente escassos, para atender às necessidades do conjunto da população.

Questiona-se, pois, se os relatórios de gestão e balanços financeiros atendem de forma eficaz e efetiva as necessidades informacionais de todos os usuários envolvidos no contexto da instituição. Entendemos, que apenas a utilização do modelo tradicional de prestação de contas, apresentada nos relatórios contábeis e de gestão, não mais atende integralmente as necessidades de informação e de acompanhamento da sociedade, pois a mesma passou a cobrar transparência tanto dos governantes quanto das entidades. O modelo tradicional evidencia apenas informações sumárias e limitadas às obrigações legais, muitas vezes, indecifráveis para a maioria das pessoas leigas em contabilidade. Ele também não possibilita ampla publicidade dos atos, nem traduz o esforço da administração pública em atingir as metas sociais.

O Balanço Social, assim, surge como forma de complementar o modelo tradicional de prestação de contas, ou seja, busca demonstrar quantitativamente e qualitativamente o papel desempenhado pelas entidades no plano social, tanto internamente quanto na sua atuação na comunidade. (ALBUQUERQUE *et al.*, 2013). Para Slomski (2005), o Balanço Social (BS) se propõe a ser um modelo de relatório que divulga ações de entidades públicas e privadas, estruturado com linguagem acessível a todos os seus usuários.

O Balanço Social passa a ser utilizado como ferramenta de gestão que trata de dados internos à organização, assim como de dados pertinentes à tomada de decisão e à adoção de estratégias de controle e planejamento (OLIVEIRA *et al.*, 2002). Neste sentido, Souza, Kuhl e Pacheco (2009) inteiram que esse relatório é composto por vários indicadores que apresentam dois enfoques distintos que juntos se complementam, o instrumento de gestão interna e a prestação de contas à sociedade.

Sendo assim, procura-se apresentar **proposta de Balanço Social com base nos indicadores do Ibase para a Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc**

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A partir dos motivos expostos anteriormente, este estudo tem como objetivos responder o seguinte questionamento:

Como desenvolver modelo de Balanço Social com base nos indicadores propostos pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase como instrumento de informação para a Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc?

1.2 OBJETIVOS

Com a finalidade de possibilitar o enfrentamento do problema de pesquisa, foram delineados os objetivos a seguir.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo proposto para este trabalho é:

Propor modelo de Balanço Social baseado nos indicadores propostos pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase como instrumento de informação para a UDESC.

1.2.2 Objetivos Específicos

De acordo com Raupp e Beuren (2006), os objetivos específicos devem descrever ações específicas para alcançar o objetivo geral da pesquisa. Os objetivos específicos propostos para esta pesquisa, estão a seguir elencados:

- Caracterizar as informações apresentadas nos Balanços Sociais publicados por Instituições de Ensino Superior Catarinenses;
- Descrever o modelo de Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase;
- Analisar os Indicadores propostos pelo Ibase em relação aos dos modelos de Balanços Sociais publicados pelas IES;
- Verificar o alinhamento entre o Balanço Social do Ibase com o da Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc

1.3 JUSTIFICATIVA /RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Há um crescente interesse da população em participar da vida política e em especial de temas ligados à área social, possibilitando ao cidadão entender melhor o papel do Estado como agente arrecadador de tributos e distribuidor destes, por meio de programas de saúde, educação, habitação etc. Destarte, essa conscientização da sociedade tem provocado, também, mudanças comportamentais na política, exigindo dos governantes maior controle e transparência dos recursos públicos.

As Instituições de Ensino Superior, principalmente as Universidades, devem ir além da finalidade de produção, reprodução, divulgação e conservação do conhecimento. No atual momento, estas instituições são igualmente responsáveis pela formação de profissionais qualificados, como pelo provimento de educação que os prepare para um exercício efetivo da cidadania. Pelo fato de as universidades públicas serem mantidas com recursos públicos, elas devem ir além do papel constitucional estabelecido.

Até cerca de uma década atrás, o termo responsabilidade social era muito pouco usado, entendendo que elas não tinham retorno direto com as práticas classificadas como socialmente responsáveis, ou mesmo com aquelas que demonstrassem preocupação com a comunidade local. No entanto, a responsabilidade social de uma instituição de ensino superior é bem ampla e está relacionada a 3 vértices: extensão universitária - projetos para a inserção na comunidade/sociedade; ensino - oferecimento de vagas e cursos; e pesquisa – gerando resultados que se traduz, por exemplo, em desenvolvimento científico, artístico e tecnológico.

Ferreira (2011) destaca que o Balanço Social tem papel de revelar à sociedade várias informações de caráter financeiro, econômico e social sendo que seus escopos são fornecer transparência e noticiar informações que satisfaçam as necessidades de quem interessar.

Neste sentido, torna-se relevante esse estudo:

a) Para a Udesc:

É fundamental que uma instituição do porte da Udesc, com sua reconhecida competência acadêmica e seus crescentes resultados vistos durante os anos passe também a olhar com maior atenção para a questão socioambiental no que diz respeito às pessoas que a compõem assim como ao ambiente em que está inserida. Este trabalho busca tornar clara a interdependência dos indicadores, ou seja, um indicador não pode ser analisado de forma dissociado dos demais. Isto porque, para se interpretar os indicadores quantitativos, torna-se necessário buscar informações qualitativas em todos os setores para complementar o entendimento do indicador na sua totalidade.

b) Para o Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação – PPGInfo:

O Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Gestão da Informação, oferecido pelo Centro de Ciências Humanas e da Educação - Faed tem entre seus objetivos reunir profissionais de áreas diversificadas na discussão das realidades relacionadas as suas unidades de informação, formando esses profissionais com capacidade técnica e científica para resolver problemas na gestão da informação, gerando e divulgando conhecimentos para a inovação profissional. Sendo assim, aproveitando o ambiente universitário e o interesse pelo tema, este estudo é aderente ao programa de Pós-graduação em Gestão de Unidades da Informação (PPGInfo), haja vista que a Ciência da Informação (CI) ser um campo do conhecimento interdisciplinar.

Além do que, a presente pesquisa atende a linha de pesquisa e a Mestrado Profissional *stricto sensu*, que tem como um dos eixos temáticos os estudos sobre os Processos de Gestão da Informação e de unidades de informação de caráter público ou privado.

c) Para a autora da dissertação:

O estudo agregará conhecimentos a autora, pois trabalhando há mais de vinte e cinco anos como profissional da área contábil e exercendo a função de Coordenadora de Programação Orçamentária da Pró-Reitoria de Planejamento da Udesc, vejo a necessidade de contribuir para a geração de ferramentas de informações corretas, claras, precisas e objetivas para auxiliar no processo decisório, além de corroborar com os objetivos acadêmicos e da produção do conhecimento científico.

Justifica-se, portanto, a realização desta pesquisa para a elaboração de uma proposta de Balanço Social, como alternativa de difundir informações entre a Udesc e a sociedade, por meio

de uma linguagem acessível e de fácil compreensão aos cidadãos, com o objetivo de dar transparência aos seus atos e auxílio para a gestão na tomada de decisão, podendo ser utilizada por qualquer Instituição de Ensino Superior.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A revisão bibliográfica foi elaborada com base nos objetivos propostos que justificam os resultados alcançados na pesquisa realizada.

2.1 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A segunda metade do século XX foi marcada pelo início da era do conhecimento e da informação, período este que foi caracterizado pelas mudanças, transformações tecnológicas, econômicas e sociais.

A palavra informação tem sua origem no latim “*informare*”, que significa: dar forma ou aparência e/ou criar. De forma mais completa, para Araújo e Freire (1999), ela quer dizer: representar, criar ideias ou apresentar algo. Complementando este significado, Moreira e Nunes (2004, p. 4) assegura que:

A informação é o guia para a tomada de decisão gerencial. Sua qualidade reflete diretamente na qualidade da decisão. O bom gerente toma sua decisão pautado nas informações. Quanto melhores forem as informações, menores serão os riscos provenientes da decisão tomada.

Neste contexto, Oliveira (1997) define informação como qualquer espécie de conhecimento ou mensagem que pode ser usada para aperfeiçoar ou tornar possível uma decisão ou ação. Riccio (1992) aborda o sistema de informação como sendo um instrumento a serviço da empresa, que pode ser utilizado pelo administrador no processo de gestão, devendo o mesmo ser flexível e adequado a cada período da vida da entidade.

Informação é algo intangível, a não ser que esteja associada ou fixada a um suporte, em seu estado construtivo não pode ser mensurado ou medido. Araújo (2010, p. 97) aponta que a “Informação é uma construção (algo é informativo num momento, em outro já não é mais; tem relevância para um grupo, mas não para outro; e assim sucessivamente), é uma construção conjunta, coletiva – ou melhor, intersubjetiva”. Sem informação não há conhecimento, nem desenvolvimento, uma coisa está interligada a outra.

O conceito de informação apresenta várias interpretações. Capurro e Hjørland (2007, p. 155) nos dizem que “informação é o que é informativo para uma determinada pessoa” e “o que é informativo depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo”.

Ao analisar a informação no contexto das organizações, é importante conceituá-la. Barreto (1996) conceitua o termo informação da seguinte maneira: “estruturas significantes com a competência de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo ou na sociedade”. (BARRETO, 1996, p.2).

A Ciência da Informação é definida como um campo interdisciplinar, ligada à tecnologia da informação que está impondo a transformação da sociedade moderna em sociedade da informação, era da informação ou sociedade pós-industrial, que teve sua origem no bojo da revolução científica e técnica que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Segundo Saracevic (1996, p. 47):

A Ciência da Informação é um campo dedicado às questões científicas e a prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais.

Silva (2006, p. 141) vai além afirmando que a Ciência da Informação (CI) é inter e transdisciplinar. No entender do autor, a

[...] Ciência da Informação é uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenômeno info-comunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades inerentes à Gênese do fluxo, à organização e ao comportamento informacionais (origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação). Ela é trans e interdisciplinar [...] (SILVA, 2006, p. 141).

Conforme Borko (1968, p. 01) trata-se de uma ciência interdisciplinar que “[...] investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima”.

A Ciência da Informação constitui sua interdisciplinaridade com base nas ciências sociais atual, exige soluções inovativas e plurais. E se aproxima de várias áreas, utilizando teorias e métodos, para a aplicação de sua prática, emprestados da matemática, física, biologia, psicologia, sociologia, antropologia, semiologia e teoria da comunicação e de outras áreas que possam contribuir para a sua fundamentação teórica ou aplicada (ARAÚJO, 2003, p. 26).

Se considerarmos que a Ciência da Informação é interdisciplinar e se relaciona com outras áreas e estuda o comportamento, propriedades, fluxo da informação, processamento para

a visibilidade e acessibilidade, logo, o processo de inovação está inserido no seu contexto e campo de estudo, por circundar um elemento comum, a informação.

Landry (1995, p. 318) indica que, “[...] os principais pontos de vista dos problemas é olhar para as diferentes formas de conhecimento em que a própria produção do conhecimento foi conceituada”.

A Ciência da Informação como Ciência Social Aplicada, visa à compreensão dos aspectos sociais do mundo humano, direciona-se a entender a problemática social da informação, e é voltada para o sujeito social que procura e necessita dessa informação (LE COADIC, 2004).

Cada organização tem um fluxo de informação peculiar, e este fluxo se caracteriza como um objeto importante para os estudos da Gestão da Informação. Dessa forma, pode-se assegurar que a qualidade da informação e os dados que a embasam representam para a instituição, um recurso imprescindível que precisa ser gerenciado.

Para Zorrinho (1995, p. 146), a Gestão da Informação significa:

[...] decidir o que fazer com base em informação e decidir o que fazer sobre a informação. É ter a capacidade de selecionar dum repositório de informação disponível aquela que é relevante para uma determinada decisão e também construir a estrutura e o design desse repositório.

Choo (2003) ressalta que a informação é mais do que um componente intrínseco de quase tudo o que uma organização faz, é o suporte indispensável de qualquer organização.

Para Moreira e Nunes (2009), trabalhar com informação de qualidade implica ter uma fonte segura como geradora de dados e uma forma de coleta e atualização dos mesmos, num período determinado, em função das diversas alterações. Sendo assim, é necessário que as informações sejam: confiáveis (corretas e atualizadas); completas (responda a todas as perguntas pertinentes ao objetivo pretendido) e, sejam de acesso rápido (estar organizados).

Segundo os mesmos autores, não se pode negar a importância da informação para o processo de decisão. Diante disso, pode-se assegurar que a qualidade da informação e os dados que a embasam representam para a instituição, “um recurso imprescindível que precisa ser gerenciado”.

A Ciência da Informação, possui as ferramentas adequadas para auxiliar a Instituição a gerar informações apropriadas para o tomador de decisão, ou seja, o usuário da informação.

Neste contexto, Wersig e Neveling (1975), já nos anos setenta, salientavam que a Ciência da Informação se desenvolveu, especificamente, por causa de uma necessidade nova

de estudar um problema que mudou completamente sua relevância para a sociedade. Sendo este a “Informação”, no qual o problema de transmissão do conhecimento para aqueles que dele precisa é uma responsabilidade social inerente e de forma fundamental para a Ciência da Informação.

Nesta perspectiva social da Ciência da Informação, Shera (1980), afirma tratar da utilização máxima dos recursos informacionais em benefício e para o crescimento da humanidade.

Neste sentido, o Balanço Social servirá como instrumento de informação para ser usado pelo gestor de qualquer entidade, identificando os pontos fracos e fortes o auxiliando na tomada de decisão no uso dos recursos financeiros arrecadados de forma mais eficaz, buscando atender também aos interesses da sociedade.

Em outros termos, o Balanço Social tem por finalidade tornar pública a Responsabilidade Social de uma organização (PINTO; RIBEIRO, 2004)

2.2 BALANÇO SOCIAL

De acordo com Tinoco e Kraemer (2004, p. 87), o Balanço Social “[...] é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários”.

Conforme Criscuolo (2010), o BS surgiu como um instrumento de medida da responsabilidade social e de comunicação das informações não necessariamente econômicas, mas principalmente sociais e ambientais

O Balanço Social apresenta-se como uma ferramenta eficaz para demonstrar, tanto para a comunidade interna e externa o grau de comprometimento da instituição com a sociedade e com o meio ambiente.

De acordo com Lima, Stettinier e Ferreira Júnior (2021, p. 28):

A trajetória do Balanço Social está intimamente associada às expectativas que se processaram nas instâncias da responsabilidade social das instituições. No processo contemporâneo de mudanças, o Balanço Social aparece como mecanismo de evidenciação, num contexto em que a transparência e a comunicação são fatores estratégicos para maximizar os resultados organizacionais

Balanço Social é um instrumento de informação que pode ser usado pelo gestor de qualquer organização para que ele saiba onde usar os recursos financeiros arrecadados também no âmbito social.

Conceitualmente, pode-se dizer que Balanço Social é o nome dado à publicação de um conjunto de informações e de indicadores dos investimentos e das ações realizadas pelas empresas no cumprimento de sua função social junto aos seus funcionários, ao governo e às comunidades com que interagem direta e indiretamente (FERREIRA, 2009).

O Balanço Social é um instrumento de gestão e informação visando evidenciar, de forma mais clara, as movimentações realizadas durante o ano. Envolve a demonstração da interação da entidade com elementos circundantes ou que contribuem para sua existência, incluindo o meio ambiente natural, a comunidade e a economia local, e os recursos humanos. É o aspecto mais claro e riquíssimo em informação para interpretar as situações das empresas (BERNARDO *et al.*, 2011).

É um demonstrativo que, se publicado anualmente, servirá de informação para que o público interno e externo acompanhe a transparência da sua responsabilidade social. Dessa forma, de acordo com as informações disponibilizadas no *website* institucional do Balanço Social (organização brasileira sem fins lucrativos que discute sobre tal temática), ressalta-se que:

O balanço social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa pública ou privada reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à sociedade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa. No balanço social a empresa mostra o que faz por seus profissionais, dependentes, colaboradores e comunidade, dando transparência às atividades que buscam melhorar a qualidade de vida para todos. Ou seja, sua função principal é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente. O balanço social é uma ferramenta que, quando construída por múltiplos profissionais, tem a capacidade de explicitar e medir a preocupação da empresa com as pessoas e a vida no planeta (BALANÇO SOCIAL, 2015, *online*).

Adicionalmente, o Balanço Social é um instrumento de responsabilidade social que demonstra diversos fatos promovidos pela instituição. Conforme Santos (2014), o Balanço social tem sido uma maneira de comunicação de fácil entendimento que demonstra o comprometimento com o meio ambiente e o coletivo.

Conforme Trevisan (2012), o Balanço Social surgiu a partir da necessidade, por parte de organizações socialmente responsáveis, da existência de um método que permitisse publicar as ações desenvolvidas em prol dos colaboradores e do meio ambiente onde determinada organização está inserida.

Segundo Aguiar e Oliveira (2018, p. 2), o Balanço Social evidencia a sustentabilidade, a governança corporativa e a responsabilidade social das empresas, buscando demonstrar como está inserida na sociedade e sua contribuição a ela

2.2.1 História do Balanço Social

Segundo Torres (2002 *apud* VIANNA, 2004, p. 18), foi somente a partir dos anos 60, nos Estados Unidos, e no início da década de 70, na Europa – particularmente na França, Alemanha e Inglaterra –, que a sociedade iniciou uma cobrança por maior responsabilidade social das organizações e consolidou-se a própria necessidade de divulgação dos chamados balanços ou relatórios sociais.

O Balanço Social é um instrumento gerencial que supre uma exigência social, no qual são encontrados dados que auxiliam o planejamento, o controle, a análise e a consequente tomada de decisão nas mais diversas esferas empresariais e governamentais (KROETZ, 2000, p. 19).

Grande parte da literatura sobre o tema (a exemplo dos estudos de Tinoco (1984) e Kroetz (2000), ao mencionar as iniciativas na elaboração de uma demonstração denominada genericamente Balanço Social, procura descrever experiências como a dos EUA, com seu “social audit”; da Alemanha, com o “Die Sozialbilanz” (estilo que tenta sintetizar os modelos americano e francês); a de Portugal com o advento da Lei 141/85, modificada pelo Decreto-Lei 9/92 que propõe um balanço social da empresa, com ênfase na ação social direcionada para a comunidade; e como a da França, onde as empresas foram obrigadas a publicar anualmente os seus balanços sociais a partir de 1977.

Atualmente, alcança inúmeras entidades de vários países, já que a evidenciação dessas relações sociais e ambientais se tornou uma questão de estratégia financeira e de sobrevivência empresarial (TINOCO, 2010).

A seguir um breve histórico do balanço social em alguns países e no Brasil.

2.2.1.1 Balanço Social na França

A França foi o primeiro país a regulamentar o balanço social. A Lei nº 77.769, de 12 de julho de 1977, tornou obrigatória a elaboração e divulgação de um conjunto de informações sociais, denominado balanço social da empresa. A lei foi posta em prática no ano de 1979,

obrigando as empresas com 300 ou mais empregados a publicar o Balanço Social. (CUNHA; RIBEIRO, 2007).

O balanço social francês está dividido em sete partes: emprego, remuneração e encargos sociais, formação profissional, relações profissionais, condições de higiene e segurança, outras condições de trabalho e as condições de vida dos assalariados e de suas famílias na parcela em que estas dependem da entidade (CUNHA; RIBEIRO, 2007).

Embora apresente inúmeras contribuições, o balanço social francês apresenta uma defasagem, que é não evidenciar características tidas como cruciais. Segundo Cunha e Ribeiro (2007), o balanço social francês não evidencia o valor adicionado bruto gerado pela empresa, focando apenas as características de recursos humanos.

2.2.1.2 Balanço Social em Portugal

Portugal também contribuiu para estudos sobre o Balanço social.

A elaboração do balanço social foi introduzida em Portugal pelo Decreto-Lei nº 9/92, de 22 de janeiro de 1992, obrigatória para empresas que possuíssem mais de 100 funcionários. Tem como foco principal analisar as características sob as quais seus empregados são afetados (FREIRE; REBOUÇAS, 2001).

As empresas portuguesas têm ainda o dever de fixar seus balanços sociais em locais de trabalho, de modo que os funcionários possam consultar e submeter à comissão de trabalhadores (FREIRE; REBOUÇAS, 2001).

A composição do balanço social português está estruturada nos seguintes indicadores:

Recursos humanos, estrutura de antiguidade segundo o sexo, estrutura etária, trabalhadores estrangeiros, escolaridade, admissões e demissões, mudanças de situação dos efetivos, tipo de contrato, assiduidade no trabalho, encargos com pessoal, acidentes em serviço, ações com formação profissional, benefícios e relações profissionais (CUNHA; RIBEIRO, 2007).

2.2.1.3 Balanço Social na Bélgica

A Bélgica também publicava informações socioeconômicas aos distintos usuários. O BS foi instituído a partir de um Decreto Real de 4 de agosto de 1996, obrigando todas as empresas a publicarem e que o mesmo agrupe informações econômicas às sociais.

O balanço social belga inclui 4 vertentes: estado das pessoas ocupadas, movimento do pessoal durante o exercício, informações sobre manutenção e criação de empregos e formação dos trabalhos durante o exercício (FREIRE; REBOUÇAS, 2001).

2.2.1.4 Balanço Social na Holanda

Segundo Tinoco (2010), a Holanda foi o primeiro país no mundo a publicar seus relatórios sociais, o Social Jarverslag com o propósito de informar os assalariados.

Nesse país a empresa não é politicamente contestada. Os representantes do pessoal consideram o patrão como um parceiro, e as comunicações são recíprocas.

O relatório, em si, agrega informações sobre os aspectos econômicos da empresa como também características relacionadas ao trabalho e ao emprego, sendo estas destacadas entre os dados (CUNHA; RIBEIRO, 2007).

2.2.1.5 Balanço Social na Alemanha

O balanço Social alemão faz menção aos gastos para controle da poluição ambiental, evidenciando aspectos ecológicos. Como traz Cunha e Ribeiro (2007) citando Mendes et al. (1998), os temas mais abordados são: despesas sociais voluntárias, custos dos salários e encargos sociais, formação profissional, número de acidentes, desempenho para controle da poluição ambiental e gastos para manter informados os trabalhadores internos.

2.2.1.6 Balanço Social na Espanha

Diferentemente dos outros países, na Espanha não há nenhuma lei que obrigue a publicação do balanço social. Entretanto, muitas empresas o fazem para manter a transparência de suas atividades.

A primeira empresa a publicar o balanço social foi o Banco de Bilbao (TINOCO, 2010).

2.2.1.7 Balanço Social nos Estados Unidos

O Balanço Social nos Estados Unidos está direcionado para projetos sociais e ambientais, dando prioridade a atender a demanda de informações por parte de usuários

externos. Não existe lei ou decreto que obrigue a publicação do mesmo (CUNHA; RIBEIRO, 2007).

Segundo Reis e Medeiros (2007) em 1919, podia se observar a questão do Balanço Social sendo enfatizado durante o julgamento do processo judiciário que envolvia Dodge versus Ford. Neste caso específico Henry Ford, empresário, não iria distribuir parte dos dividendos para investir os lucros na própria empresa visando a própria expansão, bem como aumento de salários e, ainda, deixando uma reserva para a redução de preços dos automóveis. Para os autores (2007), Ford perdeu o processo para os irmãos Dodge, sendo de entendimento da Suprema Corte que as organizações devem atuar em benefício dos acionistas. Foi a partir desta decisão que o tema virou alvo de discussão e críticas, ganhando destaque para o público em geral.

2.2.1.8 Balanço Social no Brasil

O surgimento do Balanço Social no Brasil é bem mais tardio que na Europa e nos Estados Unidos. A Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas - ADCE em 1974, aspirou os primeiros ideais sobre o BS. Juntamente com outros pesquisadores e professores, realizou e participou de eventos nacionais e internacionais com o intuito de difundir a ideia da responsabilidade social das empresas.

Anos mais tarde, na década de 1980, o Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social - FIDES, ligado a ADCE, promoveu um grande Seminário Internacional sobre Balanço Social. Reuniram-se especialistas da Espanha, Alemanha, Chile, Colômbia e Estados Unidos onde elaborou-se um modelo de Balanço Social. Em meados dessa década, surgiram as primeiras publicações de Balanço Social das empresas.

Em 1984 a empresa Nitrofértil, uma estatal de fertilizantes situada na Bahia, divulgou um relatório sobre os aspectos sociais da empresa. Essa publicação foi considerada o primeiro Balanço Social no Brasil. No mesmo período, estava sendo realizado o BS do Sistema Telebrás, publicado em meados dessa década. O Banespa publicou o seu em 1992, compondo a lista das empresas precursoras em Balanço Social no Brasil (RIZZI, 2002).

Desde então, têm surgido no Brasil diversas iniciativas com o intuito de estimular as empresas na adoção dos preceitos da responsabilidade social e, conseqüentemente, de divulgar essas ações por meio do balanço social “instrumento legitimado perante a sociedade” brasileira (BERNARDO, 2010, p. 24).

O processo evolutivo do balanço social, de acordo com Torres (2010), prosseguiu a partir dos anos 80, por meio do fortalecimento dos sindicatos, o surgimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs), e a partir da participação da sociedade com a realização de greves.

Mas o grande impulso ao desenvolvimento e o ganho de uma maior projeção de divulgação do Balanço Social no Brasil veio somente em 1997. Através do sociólogo Betinho, juntamente com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, lançou uma campanha em prol da publicação anual voluntária do Balanço Social, alegando ser “o primeiro passo para uma empresa tornar-se uma verdadeira empresa cidadã”.

Os ideais de Betinho encontraram ressonância e apoio ao empresariado brasileiro pela forma como conduziu e expôs a necessidade do Balanço Social.

Em entrevista a Folha de São Paulo, Souza (1997) declarou que:

A ideia é demonstrar quantitativa e qualitativamente o papel desempenhado pelas instituições no plano social. Isso inclui os aspectos internos e as relações da empresa com a comunidade local. Vários são os itens de verificação: educação, saúde, atenção à mulher, preservação do meio ambiente, contribuições para a melhoria da qualidade de vida e de trabalho dos funcionários, desenvolvimento de projetos comunitários, erradicação da pobreza, geração de renda e criação de postos de trabalho. Missão que exige “mão na massa”, mas não impossível. Apesar da grave crise social, apontada por sintomas como desemprego, fome e miséria, há sinais animadores. Algumas empresas já estão trilhando esse novo caminho social.

Assim, foi lançado o selo Balanço Social IBASE/BETINHO, que é conferido anualmente a todas as empresas que publicam o Balanço Social nos moldes propostos pelo IBASE. (MARTINS *et al.* 2003).

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) foi criado em 1981, tendo entre seus fundadores o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Em parceria com técnicos, pesquisadores e representantes de instituições públicas e privadas, o IBASE desenvolveu em 1997 um modelo de balanço social, que obteve o aval da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (GODOY *et al.*, 2007).

A partir da criação do modelo IBASE, o demonstrativo popularizou-se no segmento empresarial. Ferrari (2004), relata que de acordo João Sucupira, coordenador do IBASE para a área de responsabilidade social e ética nas organizações, em 1997, apenas quatro empresas publicaram o Balanço Social. Em 2003, mais de 250 empresas publicaram o demonstrativo voluntariamente.

Ainda no Brasil, em âmbito nacional, não existe legislação exigindo de empresas públicas ou privadas a publicação do Balanço Social. Tramitou no Congresso Nacional, o

Projeto de Lei nº 032/1999, que visava instituir a obrigatoriedade da publicação desse instrumento.

Conforme previsto no Projeto de Lei, o Balanço Social é:

O documento que qual a empresa apresenta dados que permita identificar o perfil da sua atuação social durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e a sua relação com o meio ambiente. (BRASIL, 1999).

Há que se registrar a morosidade e falta de compromisso do Poder Legislativo Nacional. Depois de longos anos tramitando na Câmara de Deputados, o PL 32/1999 foi rejeitado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio em 06/05/2020, alegando “falta de padronização”. Aguarda ainda análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para depois ir a votação do Plenário (BRASIL, 2010).

Em Santa Catarina também não encontramos exigência legal na elaboração do Balanço Social. Existe apenas um incentivo quanto a publicação por empresas estabelecidas em território catarinense, através da Lei nº 12.918, de 23 de janeiro de 2004.

Essa Lei, cria o Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina, a ser conferido anualmente, pela Assembleia Legislativa do Estado, às empresas e demais entidades que apresentarem o seu Balanço Social do exercício imediatamente anterior.

2.2.2 Importância da publicação do Balanço Social

A motivação para publicar o Balanço Social na gestão pública, está expressa na legislação brasileira. A Constituição Federal de 1988, a Lei Federal nº. 4.320/64 e a Lei Complementar nº. 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, determinam que a administração pública deva disponibilizar, a favor da sociedade, mecanismos que promovam a transparência dos atos da gestão pública.

Em âmbito nacional, o Brasil não possui legislação exigindo de empresas públicas ou privadas a publicação do Balanço Social. Tramitou no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 032/1999, que visava instituir a obrigatoriedade da publicação desse instrumento.

Conforme previsto no Projeto de Lei, o Balanço Social é:

O documento que qual a empresa apresenta dados que permita identificar o perfil da sua atuação social durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o

cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e a sua relação com o meio ambiente (BRASIL, 1999)

Há que se registrar a morosidade e falta de compromisso do Poder Legislativo Nacional. Depois de longos anos tramitando na Câmara de Deputados, o PL 32/1999 foi rejeitado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio em 06/05/2020, alegando “falta de padronização”. Aguarda ainda análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para depois ir à votação do Plenário. Se aprovado poderá ser transformado em Lei. (BRASIL, 2010).

A partir de 2007 a elaboração e divulgação do Balanço Social passaram a ser obrigatório no Brasil, somente para as companhias abertas após a publicação da Lei nº 11.638/07.

Segundo Silva *et al.* (2016, p. 05) o Balanço Social é um instrumento estratégico de gestão, de publicidade, de transparência e uma maneira de agregar vantagens competitivas, esse conceito ultrapassa o meio empresarial privado e o terceiro setor. Atualmente, é também uma necessidade no meio público. Instrumento esse que por sua natureza são obrigatórias na gestão pública.

Em face disso, o Balanço Social deverá demonstrar num formato simplificado a intenção que a instituição tem para com a sociedade como um todo, considerado um instrumento de melhoria contínua e que traz credibilidade para seus clientes, fornecedores, funcionários, cidadãos em geral.

A visão gerencial do Balanço Social se sustenta nas afirmações de Kroetz (2000, p. 68), quando afirma que:

O Balanço Social, antes de ser uma demonstração endereçada a sociedade, é considerado uma ferramenta gerencial, pois reunirá dados qualitativos e quantitativos sobre as políticas administrativas e sobre as relações entidade/ambiente, os quais poderão ser comparados e analisados de acordo com as necessidades dos usuários internos, servindo como instrumento de controle, de auxílio para a tomada de decisões e na adoção de estratégias.

Afirma ainda que, “O Balanço Social propicia a criação de um extenso banco de dados, que analisado, pode gerar um número considerável de informações, de acordo com o interesse e necessidade do usuário, seja ele interno ou externo” (KROETZ, 2000, p. 118).

O Balanço Social é uma demonstração relevante para facilitar a compreensão do público interno e externo à instituição. Pode ser utilizado como um instrumento de planejamento e

controle, além de satisfazer também as novas legislações de Contabilidade, bem como, no caso das instituições públicas, na Lei 121/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo Mendes, Oleiro e Quintana (2008, p. 13) não basta que informações sejam disponibilizadas ao cidadão. Necessário se faz que essas espelhem fidedignamente os atos de gestão praticados pela administração.

De acordo com Sá e Sá (1995, p. 53), “[...] o Balanço Social representa a expressão de uma prestação de contas da empresa à sociedade em face de sua responsabilidade para com a mesma”.

Isto, porque a sociedade vem valorizando aquelas instituições que tomam iniciativas de desenvolver atividades sociais relacionadas com seus empregados, com a sociedade, e, que participam do processo de preservação e proteção do meio ambiente onde elas estão inseridas (DE LUCA, 1998, p. 18).

No tocante as organizações públicas o fator social representará um aspecto fundamental para o sucesso da mesma, tendo em vista que estudos serão feitos para verificar qual a melhor maneira de beneficiar a sociedade. No caso das universidades, serão verificados os benefícios de toda a comunidade acadêmica, seja de forma interna (servidores, alunos, etc.) ou externa (bem-estar da população, estrutura local, dentre outros).

Desde a origem, o que se procurou no Balanço Social foi a integração dos elementos que constituem a organização, buscando os interesses comuns entre todos. Neste sentido, o Balanço Social é o melhor mecanismo de diálogo entre os diversos elementos ligados à empresa e à sociedade (MORAES, 2002).

Tinoco (2001) e Marchesan (2010) consideram que as instituições têm se esforçado para tornar mais sociável suas tomadas de decisões, ocorrendo uma transformação na mentalidade empresarial, concedendo prioridades à qualidade e não a quantidade, modificando assim, os critérios administrativos relacionados com o social. As administrações das entidades estão procurando motivar ao máximo seus funcionários, eles produzem de forma mais eficiente e eficaz.

De acordo com Aragão (2010), a publicação do Balanço Social por parte das organizações, sem a sua obrigatoriedade, torna-se uma ação de responsabilidade social, bem como uma maior predisposição de participação dos envolvidos. Tão importante quanto a discussão sobre a obrigatoriedade da apresentação do BS é a disseminação na sociedade do interesse em analisar esses demonstrativos e utilizá-lo como fonte de conhecimento da atuação ética da empresa frente aos anseios do meio onde está inserida.

Entretanto, ponderam Moraes (2002) um dos maiores problemas que deverá ser solucionado ainda, é a falta de divulgação, pois várias instituições nem se quer elaboram o Balanço Social.

Nota-se que a resposta do governo para o cidadão participativo tangencia princípios como a publicidade, o acesso à informação, e a prestação de contas. (PIRES, 2009).

Essa divulgação dos conceitos e dos resultados da aplicação do processo de Balanço Social é relevante pela iniciativa de despertar o interesse público, de registrar os fatos e de dar sequência às ações sociais das entidades e da sociedade.

Os veículos de comunicação estão abertos para o processo de divulgação do Balanço Social, há jornais e revistas eletrônicas como, por exemplo, a internet que proporcionam condições especiais para publicação, divulgando o que as empresas estão realizando, para assim provocar um amadurecimento desse ideal perante a sociedade.

O Balanço Social como instrumento informativo trás, além das informações sobre os investimentos realizados pela empresa voltados para os funcionários e meio ambiente, os gastos realizados com ações sociais voltadas para com a sociedade.

O balanço social fornece dados aos usuários das informações contábeis a respeito das internas voltadas à promoção humana de seus empregos e à qualidade de vida nas organizações; da formação e distribuição da riqueza; da postura das entidades em relação ao meio ambiente; e das contribuições espontâneas à comunidade (BERNARDO *et al.*, 2011, p. 01).

Nesse contexto segundo Bleil (2011) faz-se importante aos gestores publicar e informar às ações que vem sendo realizadas pelas entidades públicas ou privadas visando demonstrar às pessoas os benefícios da sua existência para a sociedade.

Grzybowski (2003) afirma que o Balanço Social não é apenas um documento institucional, mas deve ser visto como algo necessário e legítimo, pois é uma demonstração de que a questão social tem sido tratada como uma questão estratégica e vital pela entidade.

Por meio do Balanço Social, a instituição ao publicar, demonstrará mais confiabilidade a sua imagem, ser social e expressar a preocupação com o bem-estar da sociedade como um todo e mensurar o nível de satisfação da sociedade por meio dos indicadores apresentados nas demonstrações do Balanço Social.

Dentre os motivos que contribuem para publicação do Balanço Social, está: porque é ético, agrega valor, diminui os riscos, é um moderno instrumento de gestão e de avaliação, e, porque é inovador e transformador (BALANÇO SOCIAL, 2015).

Para *Silva et al.* (2012, p. 74) um dos objetivos de publicar balanço Social é informar de forma mais transparente possível, as informações econômicas e sociais e o do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários. Ou seja, é um instrumento de gestão estratégica, pois demonstra os investimentos realizados por esta instituição em benefício de seus colaboradores, da comunidade e de como é feita a distribuição dos recursos arrecadados.

As instituições públicas devem evidenciar para a sociedade sua preocupação com o desenvolvimento social e transparência da gestão, através da publicação do Balanço Social, de maneira eficaz e adequada.

Assim, a elaboração do Balanço Social e sua divulgação pelas instituições públicas demonstram a responsabilidade social de cada entidade (LOUETTE, 2007, IPEA, 2009). A sociedade, ao tomar conhecimento das ações desenvolvidas pelas entidades públicas, pode verificar o real cumprimento da função social das mesmas. Tal fato possibilita melhores planejamento e gestão pública, de modo a se diminuïrem as desigualdades sociais e os problemas relacionados a sua natureza (NASCIMENTO; SOUZA, 2010; IPEA, 2011).

Por isto, se faz necessário pesquisar sobre a responsabilidade social das instituições, demonstrando sua importância perante toda a sociedade, bem como sua relação para com o balanço social.

2.3 BALANÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL

No período após a Revolução Industrial até os anos de 1980, a principal preocupação das empresas era aumentar sua produtividade, eficiência e, por consequência, seu lucro. O objetivo era meramente servir a seus interesses e de seus proprietários, não havendo preocupação com as questões sociais e ambientais que afetavam diretamente a sociedade da época. (RODRIGUES, 2010).

Ainda segundo Rodrigues (2010), a partir da na segunda metade do século XX, no período pós-industrial, houve um grande aumento de protestos e movimentos que colocavam em discussão diversos temas, como direitos civis, problemas ambientais e sociais e o desempenho das empresas e do governo perante estas questões.

A partir disso o tema responsabilidade social empresarial passou a ser discutido com maior intensidade dentro das instituições. Segundo Reis e Medeiros (2007, p. 5):

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é um movimento que teve seu início nos anos 1960. Sua proliferação se deu a partir dos EUA e a motivação fundamentou-se na busca por maior consciência de segmentos da sociedade em relação à

responsabilidade das empresas na preservação do meio ambiente e dos direitos dos consumidores. [...]. Nos últimos tempos, principalmente no decorrer dos últimos 20 anos do século XX, em função de novas demandas decorrentes de transformações ocorridas no panorama econômico mundial, a noção de RSE passou a abranger um conjunto bem mais amplo de ações, entre as quais as demandas sociais originadas em populações em condições de vulnerabilidade social.

Ainda sobre a evolução do conceito de responsabilidade social e como a sociedade passou a encarar esta questão, **Toffler** (1980 *apud* TENÓRIO, 2006, p. 20) salienta:

A sociedade pós-industrial se forma com base não só na geração de lucro, mas em princípios como a qualidade de vida, a valorização do ser humano, o respeito ao meio ambiente, a organização social de múltiplos objetivos e as ações sociais realizadas por indivíduos e por organizações. Não por acaso, é justamente nessa época que começam as formulações teóricas mais apuradas sobre o conceito de responsabilidade social empresarial, que vieram acompanhadas das experiências econômicas e políticas vinculadas ao modelo de estado de bem-estar social.

Melo Neto e Froes (2001, p. 39-42) relatam as diferentes visões a seu respeito, como as seguintes:

A responsabilidade social como atitude e comportamento empresarial ético e responsável;
 A responsabilidade social como um conjunto de valores;
 A responsabilidade social como postura estratégica empresarial;
 A responsabilidade social como estratégia de relacionamento;
 A responsabilidade social como estratégia de marketing institucional; A responsabilidade social como estratégia de valorização das ações da empresa (agregação de valor);
 A responsabilidade social como estratégia de recursos humanos;
 A responsabilidade social como estratégia de valorização das ações dos produtos/serviços;
 A responsabilidade social como estratégia social de inserção na comunidade;
 A responsabilidade social como estratégia social de desenvolvimento da comunidade;
 A responsabilidade social como promotora da cidadania individual e coletiva;
 A responsabilidade social como exercício da consciência ecológica;
 A responsabilidade social como exercício da capacitação profissional; A responsabilidade social como estratégia de integração social.

Para serem socialmente responsáveis, as organizações precisam ter consciência que seus compromissos vão muito além da busca pelo lucro, e que elas precisam contribuir efetivamente com ações que proporcionem o bem-estar, a qualidade de vida, a proteção do meio ambiente junto à comunidade em que está inserida (**SAVOLDI; ZAMBERLAN; SPAREMBERGER, 2011**).

No que tange a Responsabilidade Social, importante destacar o conceito que o Instituto Ethos introduz nas suas atividades. Segundo Arantes *et al.* (2000, *apud* INSTITUTO ETHOS, 2005, p. 126):

Responsabilidade Social é uma nova forma de fazer negócios onde a empresa administra suas operações de forma sustentável no âmbito econômico, social e ambiental, reconhecendo os interesses dos distintos públicos com os quais se relaciona, com os seus *stakeholders*, considerando o meio ambiente e as gerações futuras.

Neste sentido, destaca ainda:

A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

Lima *et al.* (2012) acrescentam que a responsabilidade social é um tema que continua a se transformar ao longo do tempo, baseando-se não apenas em opiniões e ações, mas também em planejamentos organizacionais e marketing com expectativa de mudança.

As Instituições públicas sem fins lucrativos também devem estar atentas a preservação do meio ambiente como um todo, contribuindo na promoção do bem-estar e desenvolvimento social e ambiental.

Para Resende, a credibilidade das organizações depende da ética e da transparência no desenvolvimento de ações sociais, possibilitando para as instituições benefícios como: lealdade e maior comprometimento por parte dos colaboradores; fortalecimento de sua imagem; além de contribuir para sua legitimidade perante o governo e sociedade.

As instituições então passam a se preocupar com suas obrigações sociais e a forma como essas atitudes estão sendo demonstradas para seus stakeholders (colaboradores, clientes, fornecedores, governo, sindicatos, acionistas, ONGS, pesquisadores, instituições financeiras, comunidade onde atua e a sociedade em geral). (RESENDE *et al.*, 2008)

Quando a instituição consiste numa Instituição de Ensino, pode-se afirmar sobre a significativa responsabilidade por parte de tais instituições com a cobrança por uma postura responsável e ética. Por ser um meio acadêmico, onde está grande parte das mentes pensantes da sociedade, talvez esta cobrança seja ainda maior.

Para Bolan e Motta (2007): Uma instituição educacional considerada socialmente responsável traz para a academia os problemas da sociedade e busca soluções, intervenções, discussões e tecnologias que contribuem para que a própria sociedade possa superar esses problemas.

De acordo com Negra, Teixeira e Carmo (2009), as ações das instituições de ensino, sejam elas privadas ou públicas, devem estar relacionadas com a responsabilidade social e com o bem-estar da sociedade.

Carrieri, Silva e Pimentel (2009) destacam a importância da preocupação com as questões ambientais e sociais relacionadas com a produção e o consumo de bens nas sociedades modernas, ou seja, entendem a necessidade da existência e ações socialmente responsáveis:

As preocupações com as questões sociais e ambientais ocupam lugar de destaque na contemporaneidade. Um olhar no cotidiano de muitas cidades brasileiras evidencia a ausência ou queda de qualidade de vida de parcela expressiva da população. (CARRIERI; SILVA; PIMENTEL, 2009, p. 3).

De acordo com Medeiros Júnior (2004) a Responsabilidade Social significa um compromisso das organizações com o comportamento ético; e, nesta perspectiva, as universidades públicas, possuem um papel relevante na construção de uma nova consciência global.

Na década de 1990, as universidades em geral, estavam voltadas quase que exclusivamente para a transmissão do conhecimento, atualmente, o que se observa é a inserção destas instituições em assuntos voltados não só à comunidade acadêmica, mas à comunidade em que está inserida.

Com esse olhar de preocupação, Ashley *apud* Medeiros Junior (2004), considera que recentemente as organizações precisam estar atentas não só as suas responsabilidades econômicas e legais, mas também suas responsabilidades éticas, morais e sociais.

Sendo assim, as instituições de ensino superior têm uma importante participação na sociedade nas novas relações entre política educativa e política de desenvolvimento a fim de reforçar as bases do saber (CASARIL, 2019).

As universidades públicas brasileiras foram criadas para produzir conhecimentos, organizadas dentro dos diferentes eixos de ensino, pesquisa e extensão.

Segundo Prochera (2015) “atuar no desenvolvimento de soluções para as demandas da sociedade torna-se um objetivo vital na existência das universidades”, desta forma a universidade cumpre seu papel social e contribui com a melhoria de vida da sociedade em geral. Com essa postura formam-se profissionais conscientes com seus direitos e deveres de cidadãos.

Cabe destacar que as universidades públicas ou privadas, são consideradas unidades de informação, sendo voltadas para a aquisição, processamento, armazenamento e disseminação de informações (TARAPANOFF; ARAÚJO JÚNIOR; CORMIER, 2000).

Adotando a responsabilidade social como modelo de gestão, as instituições de ensino superior públicas adquirem a competência de vislumbrar os interesses da comunidade acadêmica no intuito de inseri-la no planejamento de suas atividades.

Além dos compromissos e responsabilidades assumidas com a sociedade, torna-se relevante que as universidades encontrem meios de divulgação de suas práticas e ações de Responsabilidade Social, bem como de mensurar os seus impactos para a sociedade.

Para Patziuff *et. al.* (2013, p.194) o Balanço Social surge “como uma proposta intimamente ligada ao conceito de ética e responsabilidade social”. Nesse sentido, a transparência atende às expectativas da sociedade, haja vista que, por meio da divulgação sistematizada dos resultados obtidos no exercício, é possível mensurar a coerência entre o discurso e as práticas organizacionais.

Um dos instrumentos notáveis que incentiva a atitude de comunicação transparente da empresa com os públicos com os quais se relaciona é o Balanço Social. [...] Por meio do Balanço Social, a empresa mostra o que fez pelos empregados e seus dependentes e pela população sobre quem exerce influência direta (RICO, 2004, p. 76).

No contexto da evidenciação dessas informações, o Balanço Social se apresenta como um mecanismo de “disclosure social voluntário” fundamental para que as Instituições de Ensino Superior apresentem aos seus *stakeholders* os seus investimentos na Sociedade (NOVELINI; FREGONESI, 2013; MILANI FILHO, 2008).

A discussão sobre a Responsabilidade Social, o Balanço Social no contexto da educação superior começa a despertar o interesse de pesquisadores e acadêmicos. Por exemplo, Oliveira *et al.* (2015) investigaram, por meio de uma pesquisa qualitativa, se as ações de responsabilidade social em projetos sociais de uma fundação educacional estão vinculadas ao marketing social. Concluíram que os projetos sociais vinculados ao marketing social fomentam a inclusão social e a promoção do bem comum na luta pelos direitos humanos.

Já Nogueira, Garcia e Ramos (2012) realizaram um estudo qualitativo para investigar, junto a uma IES pública, em que aspectos a gestão se aproxima dos elementos da governança corporativa e suas relações com a responsabilidade social da instituição. Os autores identificaram que, muito embora a instituição não tivesse uma política institucional formalizada de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável, havia uma percepção dos respondentes de que a IES caminhava neste sentido.

Em uma Instituição de Ensino Superior pública, tanto da esfera Municipal, estadual ou Federal, é fundamental que se preocupem com importantes questões, como por exemplo, a

responsabilidade social, e o desenvolvimento sustentável, conforme se discorre no seguinte tópico.

2.4 BALANÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

De acordo com Sá, (2013), a relação entre desenvolvimento econômico, atividades produtivas e grande diminuição de recursos fez surgir em nível mundial uma série de tratados, convenções e normas, com o objetivo de incorporar o desenvolvimento sustentável nas ações humanas.

As primeiras iniciativas para melhorar as relações das empresas com o “ambiente” foram as normas ambientais. Diante da necessidade de melhorar a imagem da organização, posteriormente, perante seus integrantes (funcionários, consumidores, fornecedores e sociedade) e ganhar competitividade, foram implantadas ações baseadas nas normas de responsabilidade social.

Segundo Sousa (2015), Sustentabilidade é:

Forma de produção e a Responsabilidade Socioambiental são ações, escolhidas através de programas implantado pelas empresas, que promove o bem-estar social de seus públicos externo e interno. A responsabilidade, tem como pilares a Governança Corporativa, que resulta em benefícios para organizações, como: competitividade entre as empresas, imagem sustentável frente aos seus *stakeholders*, redução de custos, inovação, além de propiciar uma postura sustentável aos colaboradores. A Responsabilidade Socioambiental pode ser aplicada independentemente do porte da empresa, porém apresentam certas dificuldades, devido à sua cultura organizacional, além de ser um método recente (SOUSA, 2015, p. 7).

A sustentabilidade, portanto, começa a ser vista como uma matriz essencial na construção de um desenvolvimento integral (PEDRINI; OLIVEIRA, 2007). Neste sentido, seria contraditório que os modelos de controle e mensuração dos resultados desconsiderassem os indicadores inerentes à sustentabilidade, haja vista que os processos de controle – quando bem efetivados – possuem a capacidade de intensificar o desenvolvimento, desde que os parâmetros de avaliação sejam adequadamente estabelecidos. (PATZIAFF, *et al.*, 2014)

De acordo com Moraes e Sousa (2002), além de buscar bons resultados econômicos, as organizações devem contribuir para a sociedade e o meio ambiente onde estão inseridas, buscando um desenvolvimento sustentável na forma de ações, compromissos e práticas de responsabilidade social.

O termo Desenvolvimento Sustentável, segundo Cerqueira (2012) é:

O desenvolvimento sustentável consiste em atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações, isto é, produzir hoje sem comprometer ou inviabilizar o futuro da sociedade e das organizações. Isso passa forçosamente pela questão ambiental, além das dimensões tecnológicas, econômicas, culturais e políticas, exigindo a participação de toda a sociedade mundial. (CERQUEIRA, 2012, p. 102)

O desenvolvimento sustentável também é uma visão normativa do mundo, o que significa que ele recomenda um conjunto de metas às quais o mundo deveria aspirar.

Percebe-se que em torno do tema do desenvolvimento sustentável existe um amplo leque de questões que influenciam a natureza destrutiva do capitalismo ambiental e social. (SILVA, 2010)

Para Keinert (2008), a percepção de desenvolvimento sustentável pode ser avaliada a partir da adoção de indicadores amplos, como: educação, longevidade, saúde ou, ainda, a partir de resultados obtidos em índices mais complexos como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Sobre o desenvolvimento sustentável, Coutinho, Macedo-Soares e Silva (2006, p. 766) relatam que a noção de desenvolvimento sustentável:

[...] integra as propostas do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento endógeno e local, abarcando as dimensões econômica, política, tecnológica, ecológica e cultural, constitutivas de toda a sociedade humana. Envolve, portanto, objetivos situados no tripé equidade social-conservação ambiental-eficiência econômica.

Um conceito “intergeracional” de desenvolvimento sustentável foi amplamente adotado, inclusive na Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, em 1992. Um dos princípios chave da Declaração do Rio-92 era que “o desenvolvimento hoje não deve ameaçar as necessidades das gerações presentes e futuras” (ONUBR, 2019).

Através do desenvolvimento sustentável surgiu a necessidade atender as gerações presentes sem comprometer as gerações futuras. Dessa forma, este conceito foi inovador, pois recomendava um novo modelo de desenvolvimento além do econômico, englobando também meio ambiente e a sociedade. Com isso, essa preocupação mundial teve uma dimensão política do desenvolvimento relacionada à transparência e à participação democrática, onde tudo se torna possível e transparente a toda a população, levando ao conhecimento da importância de conscientização sustentável (VALLE, 2011).

Com objetivos de desenvolver parâmetros voltados a sustentabilidade, em 25 de setembro de 2015, por meio de uma reunião de chefes de Estado e de Governo e altos

representantes na sede das Nações Unidas em Nova York (EUA), foi desenvolvida a Agenda 2030, com ações para os próximos quinze anos.

A partir disto, a ONU apresentou mundialmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), precisamente para ajudar a orientar o curso futuro do desenvolvimento econômico e social do planeta.

Os ODS são compostos por 17 objetivos (Figura 1) e 169 metas, direcionados a questões ambientais, econômicas, institucionais e sociais.

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: BCSD Portugal, (c2021).

Conforme a Organização das Nações Unidas no Brasil (ONU BRASIL) (2017), os ODS são integrados e indivisíveis e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a ambiental, a econômica e social. São como uma lista de tarefas a serem cumpridas pelos governos, setor privado, e sociedade civil em uma empreitada coletiva que objetiva chegar em 2030 vivendo um mundo mais sustentável. Conforme a ONU BRASIL (2015), os 17 objetivos estão assim discriminados:

- a) Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- b) Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- c) Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

- d) Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- e) Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- f) Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos;
- g) Objetivo 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia;
- h) Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- i) Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- j) Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- k) Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- l) Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- m) Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos;
- n) Objetivo 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- o) Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- p) Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- q) Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Esta preocupação com a sustentabilidade não é diferente no setor do ensino, visto ser um dos poucos setores que pode apoiar, promover e contribuir para todos os ODS (MORI JUNIOR *et al.*, 2019), como também tem um papel fundamental em produzir e amplificar a ação em todos os níveis e áreas de ensino, de forma a acelerar o progresso para o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2014).

Desta forma, o princípio de desenvolvimento sustentável tem por objetivo a manutenção das bases essenciais da produção e reprodução humana e de suas atividades, garantindo a relação entre o homem e ambiente em que está inserido, uma relação saudável, para que as futuras gerações também tenham a oportunidade de desfrutar os recursos que temos disponíveis na atualidade.

Grajew e Young (2010) observam que essas instituições têm o objetivo de mobilizar e conscientizar a sociedade sobre a importância da inserção de políticas administrativas éticas e responsáveis em suas ações, podendo utilizar os ODS como instrumento crítico para introduzir e incorporar o desenvolvimento sustentável nas suas atividades e estratégias (MORI JUNIOR *et al.*, 2019).

De acordo com Almeida (2002, p. 35) “[...] a prática do desenvolvimento sustentável exige uma combinação equilibrada dos mecanismos de comando-e-controle, autorregulação e instrumentos de mercado” e, nesse sentido, infere-se que as demonstrações contábeis servem como um importante instrumento de acompanhamento e controle sobre os agentes sociais (governos, empresas e organizações da sociedade civil), muito embora apresentem restrições que carecem de ser superadas.

No entendimento de Silva e Almeida (2017, p.01) “as Instituições de Ensino Superior (IES) possuem papel preponderante enquanto organizações sociais; principalmente, por sua contribuição na formação de profissionais”, sendo que destas espera-se a contribuição para uma sociedade mais justa e igualitária.

Dessa maneira, as Instituições de Ensino Superior devem alinhar a sustentabilidade ao tripé: ensino, pesquisa e extensão, beneficiando o planejamento de ações e políticas que promovam o bem-estar e a melhoria na qualidade de vida de todos os envolvidos no processo educativo (BRANDLI *et al.*, 2012).

Para Velasquez *et al.* (2006) as universidades para serem reconhecidas como sustentáveis devem cuidar, abarcar e promover a diminuição dos impactos ambientais, em nível local ou global.

Segundo os autores Walchoz e Carvalho (2015) o papel das universidades que se envolvem na efetivação dos princípios da sustentabilidade e da proteção ambiental, e assumem o compromisso de educar atores preparados para o futuro, na construção de uma comunidade mais justa e sustentável.

Nesse viés, entende-se que o Balanço Social, contribui efetivamente para o desenvolvimento sustentável, tendo em vista a evidenciação de indicadores qualificados a retratar a perspectiva dos principais elementos constitutivos, tais como: Capital Tradicional,

Capital Empresarial, Capital Humano, Capital Natural e Capital Social (LIMA; PINHEIRO, 2004).

Neste sentido, O Balanço Social surge como a solução indicada, tendo um papel relevante a desempenhar para ajudar as instituições a implementar, monitorizar e comunicar as práticas sustentáveis (PETRINI; POZZEBON, 2009).

Para Patziaff (2013, p.194) o Balanço Social é um instrumento adequado à complementar as tradicionais demonstrações contábeis, as quais se limitam aos aspectos de natureza meramente patrimonial, financeira e econômica da instituição, por vezes não apropriados com a proposta mais abrangente de impulsionar o desenvolvimento sustentável.

Atualmente publicada pela Fundação Educacional de Penápolis - FUNEPE, a Cartilha dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹ traz os conceitos e as ações possíveis a serem adotadas no planejamento previsto pela Agenda 2030. Dentre elas, podemos direcionar atividades que podem ser implementadas no Ensino Superior como: melhorar o acesso à educação de qualidade; adotar práticas de responsabilidade social e igualdade de gênero; gestão sustentável da água; energia limpa e acessível; redução das desigualdades sociais; produção e consumo sustentável e ensinar leis ambientais. (FUNEPE, 2021),

Portanto, torna-se evidente que mediante a elaboração do Balanço Social as Instituições, incluindo-se também as Universidades, abrem a possibilidade de a população tomar conhecimento acerca dos compromissos e responsabilidades assumidos perante a comunidade, aprimorando e difundindo o vínculo entre a ética, a responsabilidade e o desenvolvimento sustentável.

2.4.1 Balanço Social Modelo Ibase

O Instituto de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) é uma instituição criada em 1981, de utilidade pública federal, sem fins lucrativos, e não está vinculada a nenhum partido político ou a qualquer tipo de religião. O IBASE tem como missão "a construção da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã" (IBASE, 2021, *online*).

O Balanço Social do Ibase foi criado em 1997, pelo sociólogo Herbert de Souza, apelidado de Betinho², na época presidente do Instituto, para incentivar a divulgação voluntária

¹ www.funepe.edu.br/site/noticia/1111/cartilha

² Herbert José de Souza, nascido em 3 de novembro de 1935, em Minas Gerais, Sociólogo e ativista dos Direitos Humanos. Fundou o Ibase em 1980 e tornou-se um símbolo de Cidadania. Concede e dedicou-se ao projeto Ação na Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida., conhecida popularmente como a campanha contra a fome.

do Balanço Social. Segundo Betinho “O Balanço social não tem donos, só beneficiários”. (IBASE, 2021)

Na visão do sociólogo, o conceito do Balanço Social é comprovar quantitativamente e qualitativamente a ação desempenhada pelas empresas no plano social, tanto internamente como na sua ação na comunidade (LIMA FILHO; BARROS, 2016, p. 7)

A simplicidade do modelo proposto pelo Ibase é fator de estímulo para que todas as instituições, de grande ou pequeno porte, e de qualquer área de atuação, passem a publicar o Balanço Social.

Foi desenvolvido, em parceria com diversos representantes de empresas públicas e privadas, a partir de inúmeras reuniões e debates com vários setores da sociedade, tem a vantagem de estimular todas as entidades a divulgar seu Balanço Social, independentemente do tamanho e setor.

Com a intenção de aumentar o número de empresas que utilizam esse modelo, em 1998, o Ibase lançou o Selo Balanço Social IBASE/Betinho para premiar as empresas que usam o modelo dentro da metodologia e dos critérios propostos por esse instituto se comprometendo entre outras ações, a respeitar os princípios da empresa cidadã (IBASE, 2020).

Com a apresentação deste selo, as empresas podem mostrar, em seus anúncios, embalagens, Balanço Social, sites e campanhas publicitárias, que investem, em educação, saúde, cultura, esportes e meio ambiente, e que estão cumprindo com sua parte em relação a responsabilidade social. Sendo vetado o uso de selos por empresas que comercializam produtos como bebidas alcoólicas, armas de fogo, munições, empresas de cigarros entre outras (IBASE 2020).

O modelo de Balanço Social do Ibase se apresenta formato de tabela, composto prioritariamente por indicadores quantitativos, explicitando informações de dois exercícios anuais, um ao lado do outro, através de uma tabela simples, facilitando a comparabilidade das informações (TORRES, 2008).

Para o Ibase (2021), a disponibilização de um modelo padronizado e simples favorece a compreensão e uma avaliação apropriada, bem como o acompanhamento da evolução do desempenho social de cada empresa.

Hemofílico, morreu de Aids em 9 de agosto de 1997, deixando um exemplo de solidariedade e luta pela transformação social. Em 2012 a história de Betinho foi reconhecida pela UNESCO, como parte importante da memória mundial. No mesmo ano, o Ibase lançou o livro “ O Brasil de Betinho”. Fonte: www.ibase.br/betinho

De forma geral, pode-se descrever que o modelo utilizado pelas empresas privadas é bastante objetivo, sugere uma estrutura padrão e organiza dados gerais da instituição (grupo 1), indicadores (grupos 2 a 5) e outras informações grupos 6 e 7) na mesma estrutura, ou seja, todos os dados são apresentados num único relatório – uma planilha, conciso, facilitando a consulta e visualização dos dados, pelos interessados (GODOY *et al.*, 2007). (Quadro 01).

Quadro 1 - Descrição dos grupos Balanço Social Modelo Ibase empresas privadas

Grupo	Descrição	Especificação
1	Base de Cálculo	Dados sobre geração de receitas, resultado operacional e folha de pagamento bruta
2	Indicadores sociais internos	Gastos com alimentação, educação, capacitação e saúde, dentre outros relacionados aos empregados;
3	Indicadores sociais externos	Gastos da empresa na comunidade (saúde e saneamento, cultura, educação etc.) e os tributos;
4	Indicadores ambientais	Gastos com despoluição, educação ambiental, investimento em programas externos e outros, seja com os empregados ou sociedade;
5	Indicadores do corpo funcional	Número de admissões, estagiários, mulheres, negros e portadores de deficiência física;
6	Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	Aspectos referentes ao número de acidentes do trabalho, responsabilidade dos padrões de segurança e salubridade existentes;
7	Outras Informações	Outras informações que a empresa julgar necessárias.

Fonte: Ibase (2020).

O Ibase apresenta também, no sítio eletrônico do instituto, um modelo de Balanço Social³, especificamente para instituições de ensino, fundações e organizações sociais. Martins *et al.* (2013) analisaram a aplicabilidade desse modelo de Balanço Social e concluíram que é o demonstrativo mais indicado para expor as informações sobre os investimentos realizados nos diversos programas desenvolvidos pelas IES, pois evidencia dados quantitativos e qualitativos que permitem a análise das ações praticadas e controle de recursos. Nota-se, entretanto, espaço reduzido no trato das questões de sustentabilidade e para o desenvolvimento de projetos futuros que possam proporcionar impacto social e ambiental.

O Instituto acredita que a falta de um modelo a ser seguido pode comprometer as informações que serão divulgadas, pois as organizações tenderão a informar apenas dados que promovam sua instituição. Sendo assim, o Balanço Social perde o seu objetivo principal de divulgar as ações sociais realizadas por essas em cumprimento de sua função social.

³ www.balancosocial.org.br

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, apresenta-se os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, que tem como objetivo primordial responder o problema de pesquisa.

A realização de pesquisas científicas deve conter procedimentos sistemáticos para sua descrição e explicação. Para tanto, a metodologia é um instrumento de conhecimento que proporciona aos pesquisadores orientação geral para o alcance dos objetivos estabelecidos (FACHIN, 2006).

Esta pesquisa se caracteriza quanto à natureza como uma pesquisa aplicada, pois tem como motivação a necessidade de produzir conhecimento para aplicação de seus resultados, com o objetivo de contribuir para a prática, visando à solução imediata dos problemas encontrados no contexto real (BARROS; LEHFELD, 2000).

De acordo com Marconi e Lakatos (2008, p. 6) a pesquisa aplicada: como o próprio nome indica, caracteriza-se por seu interesse prático, isto é, que seus resultados sejam aplicados ou utilizados imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade.

Quanto à abordagem do problema, é uma pesquisa qualitativa, Raupp e Beuren (2006) destacam que “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno estudado”. GODOY (1995b, p. 25) aponta a existência de, pelo menos, três diferentes possibilidades oferecidas pela abordagem qualitativa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia.

O método de pesquisa a ser utilizado é o estudo de caso. Esse método costuma ter um foco mais específico. Pode explorar muitos temas e assuntos, mas de uma faixa muito direcionada de pessoas, organizações e contextos (GRAY, 2012).

Por fim, a pesquisa se define como exploratória por ter como objetivo, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 35) “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...]”.

Para Cervo e Bervian (2002, p. 69) os estudos exploratórios têm por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter nova percepção do mesmo e descobrir novas ideias. A pesquisa exploratória realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre os elementos componentes da mesma.

A metodologia utilizada para cada objetivo proposto, está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 2 - Procedimentos metodológicos por objetivo específico proposto

Objetivos	Metodologia
Caracterizar as informações apresentadas nos Balanços Sociais publicados por Instituições de Ensino Superior Catarinenses	A primeira etapa é constituída pela realização de uma pesquisa documental, de Balanços Sociais publicados atualmente, por Instituições de Ensino Superior sediadas no Estado de Santa Catarina, públicas e privadas, caracterizando as informações dos Balanços Sociais ou outros relatórios publicados através de análise das informações constantes dos mesmos (sites das instituições).
Descrever o modelo de Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase	A segunda etapa compreende a descrição e análise do modelo de Balanço Social do Ibase proposto para Instituições de Ensino Superior.
Analisar os Indicadores propostos pelo Ibase em relação aos dos modelos de Balanços Sociais publicados pelas IES	A terceira etapa evidencia a análise do percentual de abrangência das informações existentes nas publicações da IES analisados na primeira etapa, em relação aos indicadores do modelo Ibase
Verificar o alinhamento entre o Balanço Social do Ibase com o da Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc	A quarta etapa mostra o alinhamento entre o balanço Social com os indicadores do modelo Ibase e o publicado pela Udesc, para elaboração da proposta.

Fonte: Elaborado pela **autora** (2020).

3.1 COLETA DE DADOS

Para atender o objetivo geral da pesquisa, **foi realizado** levantamento teórico, abrangendo os conceitos relacionados à Ciência da Informação - CI, Balanço Social – BS, constando de um resgate histórico até as discussões mais recentes, Balanço Social e Responsabilidade Social – RS, Balanço Social e Desenvolvimento Sustentável e ao Balanço Social – BS do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômica - Ibase.

Na sequência foi feita a coleta de dados, por meio das informações divulgadas no banco de dados do sítio eletrônico da Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina – SEDSC, **com o objetivo de verificar** o cadastro, em agosto de 2021, **das 90 Instituições de Ensino Superior⁴ com dependência administrativa públicas (Federais, Estaduais e Municipais) e privadas, sediadas no Estado. Santa Catarina.**

Depois de listadas as Instituições de Ensino Superior vinculadas a Secretaria Estadual de Educação, foi elaborada uma pesquisa para identificar se essas entidades possuíam portais oficiais eletrônicos na internet ou não (APÊNDICE A – LISTA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR VINCULADAS A SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE

⁴ Verificou-se no andamento desse estudo, que algumas IES elencadas no início dessa pesquisa foram extintas (USJ) ou incorporadas por outras em algumas cidades (UNOSOCIESC Florianópolis, Itajaí e Balneário Camboriú agora é UNIVALI) <http://serieweb.sed.sc.gov.br/cadiesportal.aspx>

SANTA CATARINA – LISTA DAS IES VINCULADAS A SECRETARIA EDUCAÇÃO DE SC).

Posteriormente, foi realizada busca interna nos portais eletrônicos das Instituições de Ensino Superior, procurando especialmente o termo “Balço Social” ou “Relatório Social” para verificar se houve publicação entre os anos de 2009 a 2020.

Da amostra selecionada, foram excluídas as Instituições de Ensino Superior que não fizeram nenhuma publicação de Balço Social, Relatório social ou outro relatório equivalente, resultando em 23 Instituições que publicam documentos com os termos buscados, sendo 08 classificadas administrativamente como públicas e 15 classificadas administrativamente como privadas conforme Quadro 3.

Quadro 3 - IES que publicam Balço Social ou relatório semelhante em SC

Nome	Sigla	Dep. Adm.	Documento publicado
CENTRO UNIVERSITARIO MUNICIPAL DE SAO JOSE	USJ	Privada	Relatório Gestão
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	PUCRS	Privada	Relatório Social
FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE FLORIANÓPOLIS	ESTÁCIO	Privada	Relatório Sustentabilidade
FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA	FMP	Municipal	Balço Social
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE	IFC	Federal	Relatório Gestão
INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA	IFSC	Federal	Relatório Gestão
UNIV.DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE	UNIARP	Privada	Balço Social
UNIVERSIDA DO VALE DO ITAJAÍ	UNIVALI	Privada	Balço Social
UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI - POLO BAL. CAMBORIÚ	ANHEMBI	Privada	Relatório Social
UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	UNOCHAPECÓ	Privada	Balço Social
UNIVERSIDADE DA ASSOCIAÇÃO DA INDUST.CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA	UNISATC	Privada	Vitrine Social
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE	UNIVILLE	Privada	Balço Social
UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	UNESC	Privada	Balço Social
UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE	UNIPLAC	Privada	Balço Social
UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	UNISUL	Privada	Balço Social
UNIVERSIDADE DOE ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ	UNICESUMAR	Privada	Relatório Social
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UFFS	Federal	Relatório Gestão
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	Federal	Carta Serviços ao Cidadão
UNIVERSIDADE FEDERAL RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	Federal	Relatório Gestão
UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	ULBRA	Privada	Relatório Social

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB	Privada	Relatório Institucional
UNIVERSIDADE DO ESTADO SANTA CATARINA	UDESC	Estadual	Balanço Social
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	UEPG	Estadual	Dados por assuntos

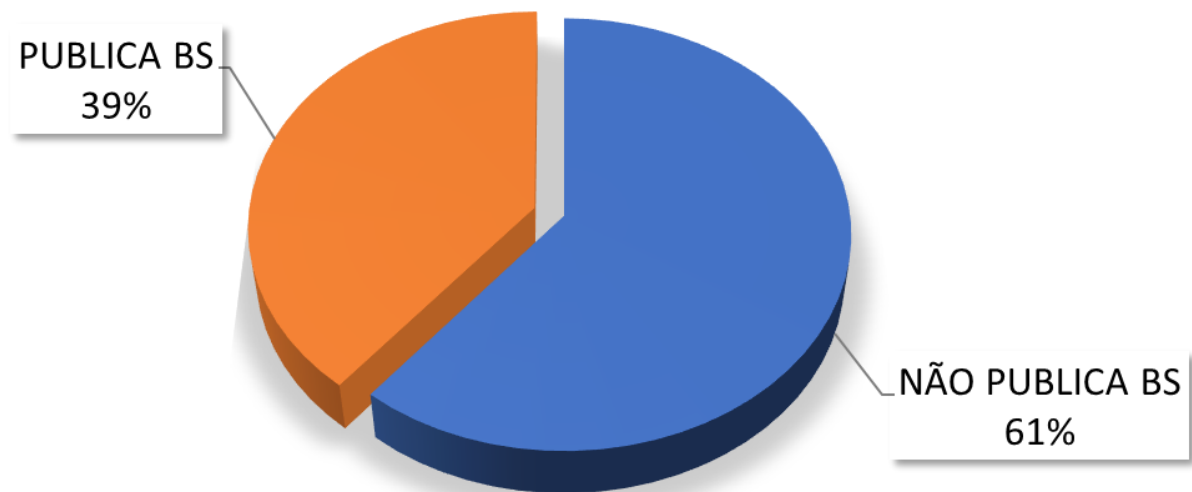
Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Com essa análise documental, **pode-se observar** que não há padronização ou modelo seguido pelas Instituições de Ensino superior de Santa Catarina.

Das 23 Instituições de Ensino que compuseram a amostra, a grande maioria não publicou o Balanço Social. Somente 02 Instituições de Ensino Públicas publicaram o BS e 06 Instituições de Ensino Públicas publicaram outros tipos de Relatórios.

Das Instituições de Ensino Privadas, 07 publicaram o BS e outras 08 publicaram outros tipos de relatórios sociais, conforme **Figura 2**.

Figura 2 - Publicação de BS em Instituições de Ensino Superior



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

4 CARACTERIZANDO A UDESC

A Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC foi criada pelo Governo do Estado em 1965 através do Decreto nº 2.802, de 20 de maio. Pela Lei 8.092, de 1º de outubro de 1990, a UDESC é desvinculada da Fundação Educacional de Santa Catarina – FESC, e reconhecida como Universidade pelo Ministério da Educação.

Esta lei caracterizou a Universidade como ente jurídico, com patrimônio e receitas próprios, autonomia didático-científica, administrativa, financeira, pedagógica e disciplinar. Prevaleceu a atuação vocacionada para o perfil socioeconômico e cultural das regiões onde a Universidade se insere, visando sempre ao fortalecimento das vocações regionais. (UDESC 2010).

O seu estatuto, aprovado pelo Decreto n.º 4.184, de 06 de abril de 2006, em seu artigo 2.º, estabelece que a Udesc

[...] é uma instituição pública de educação, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, que goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira, disciplinar e patrimonial, e que obedece ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme o artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil e os artigos 168 e 169 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Atualmente, a Universidade mantém uma estrutura multicampi, considerando a vocação regional e as necessidades da sociedade, organizada em doze centros de ensino, localizados nas cidades de Florianópolis, Lages, Joinville, São Bento do Sul, Balneário Camboriú, Laguna, Ibirama, Chapecó e Pinhalzinho, servindo, assim, todas as regiões do estado. Além dos centros presenciais, a UDESC possui um Centro de Ensino de Educação a Distância, que conta com trinta e quatro polos de apoio presencial, por todo estado de Santa Catarina (UDESC, 2020).

A Figura 3, a seguir, apresenta a distribuição das unidades presenciais e polos de estudo da Udesc para uma melhor visualização:

Figura 3 - Distribuição das unidades e polos da Udesc



Fonte: Udesc⁵ (2020).

Por meio da sua estrutura a Udesc oferece cursos nas áreas de ciências exatas e da terra, ciências biológicas, engenharias, ciências da saúde, ciências agrárias, ciências sociais aplicadas, ciências humanas e linguística, letras e artes (UDESC, 2019).

Como já mencionado, a Universidade do Estado de Santa Catarina é multicampi e seus Centros de Ensino estão distribuídos de acordo com o objetivo de cada curso, conforme **Quadro 4**.

⁵ Descrição: Mapa de Santa Catarina na cor verde, mostrando a distribuição das unidades e polos da Udesc, com marcação em 36 cidades. As Legendas do mapa são as seguintes: “Unidades Presenciais: Balneário Camboriú; Ibirama; e Pinhalzinho”. “Polos de Ensino à Distância: São José; Itapema; Blumenau; Indaial; Pouso Redondo; Otacílio Costa; Braço do Norte; Tubarão; Criciúma; Araranguá; Praia Grande; Campos Novos; Caçador; Treze Tílias; Joaçaba; Concórdia; Ponte Serrada; Palmitos; São Miguel do Oeste; Palhoça; Canelinha; Balneário Piçarras; Jaraguá do Sul; Quilombo; Videiras; e Canoinhas”. “Unidades e Polos: Florianópolis; Joinville; São Bento do Sul; Lages; e Chapecó”.

Quadro 4 - Divisão dos Centros de Ensino da Udesc pelo Estado de Santa Catarina

CIDADE	CENTRO
Balneário Camboriú	Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí (CESFI)
Chapecó e Pinhalzinho	Centro de Educação Superior do Oeste (CEO)
Florianópolis	Centro de Educação a Distância (CEAD)
	Centro de Artes (CEART)
	Centro de Ciências da Saúde e do Esporte (CEFID)
	Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG)
Ibirama	Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí (CEAVI)
Joinville	Centro de Ciências Tecnológicas (CCT)
Lages	Centro de Ciências Agroveterinárias (CAV)
Laguna	Centro de Educação Superior da Região Sul (CERES)
São Bento do Sul	Centro de Educação do Planalto Norte (CEPLAN)

Fonte: Udesc (2020).

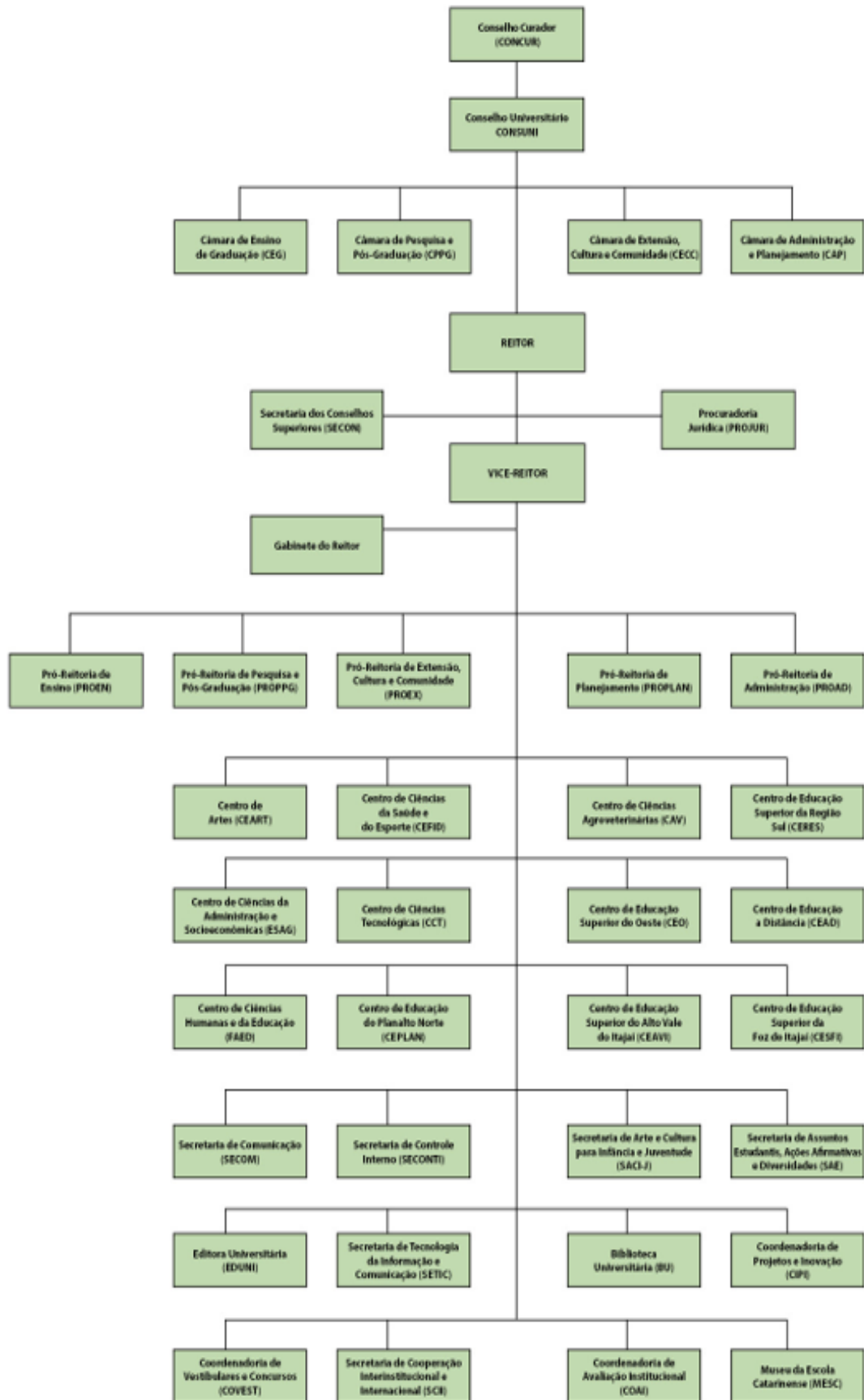
Recentemente, o Governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés, assinou o Decreto nº 1.585, de 26 de novembro de 2021, que cria o Centro de Educação Superior do meio-Oeste – CESMO, Campus VII da Udesc em Caçador⁶.

Nessa estrutura, a Udesc possui 47 cursos de graduação, 10 cursos de especialização, 29 cursos de mestrado e 11 cursos de doutorado e conta com 1198 docentes e 761 técnicos administrativos, trabalhando para desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão para aproximadamente 15 mil estudantes da graduação e pós-graduação (UDESC, 2020).

Sua sede está em Florianópolis, com “[...] autonomia didático-científica, administrativa, financeira, pedagógica e disciplinar [...]” (SANTA CATARINA, 1990) e dispõe da seguinte estrutura administrativa:

⁶https://www.udesc.br/noticia/nota_oficial_-_universidade_do_estado_de_santa_catarina_no_meio-oeste_catarinense

Figura 4 - Estrutura Organizacional Udesc



Fonte: Udesc (2021).

As Pró-Reitorias e órgãos suplementares são unidades administrativas associadas ao Gabinete do Reitor, por elas perpassam as demandas administrativas e técnicas da UDESC.

A Instituição é formada de cinco Pró-Reitorias que viabilizam as áreas de Administração, Ensino, Extensão, Cultura e Comunidade, Pesquisa e Pós-Graduação e Planejamento, que se relacionam para atender as necessidades dos setores, departamentos e demais unidades administrativas da universidade. Os Órgãos Suplementares, por sua vez, prestam suporte às atividades inerentes as áreas administrativas e técnicas, bem como no assessoramento, aperfeiçoamento e modernização dos serviços necessários ao funcionamento da Universidade (UDESC, 2020).

A UDESC é uma instituição pública de ensino superior, constituída como órgão participante da Administração Indireta do Estado de Santa Catarina e inserida neste contexto da administração pública brasileira, e tem como missão:

Produzir, sistematizar, socializar e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, de modo a contribuir para uma sociedade mais justa e democrática em prol da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável do Estado de Santa Catarina e do país (UDESC, 2015).

Tem como visão “Ser uma universidade pública inovadora, de referência nacional e de abrangência estadual, e com ação acadêmica marcada pelo comprometimento e pela responsabilidade social.” (UDESC, c2016b, online). Seus objetivos são “[...] o ensino, a pesquisa e a extensão, integrados na formação técnico profissional, na difusão da cultura e na criação filosófica, científica, tecnológica e artística” (SANTA CATARINA, 1990).

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo é descrita o levantamento realizado nos Balanços Sociais das IES, verificando os indicadores utilizados, de acordo com os 87 itens do Modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase. Também é descrito e analisado o Balanço social publicado pela Udesc de 2009 a 2013.

5.1 DESCRIÇÃO E ANÁLISE

A análise documental foi realizada através da leitura e interpretação dos Balanços Sociais, Relatórios sociais ou outro relatório semelhante elaborados e publicados pelas Instituições de Ensino Superior (Quadro 3), com o objetivo de verificar quais modelos e formatos utilizados, verificando se os indicadores do modelo sugerido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase, são utilizados ou não em seus relatórios.

Para melhor analisar as informações pretendidas, foi elaborado quadro com cada um dos 87 indicadores do Modelo de Balanço Social Ibase sugerido para Instituições de Ensino, Fundações e Organizações Sociais, onde foram utilizados três critérios de classificação:

1. EP – os indicadores estão presentes nos relatórios analisados
2. P – os indicadores estão presentes nos relatórios analisados, porém de forma incompleta, ocasionando o atendimento parcial do determinado item.
3. NP - os indicadores não estão presentes nos relatórios analisados

Nessa etapa, pesquisando as publicações das 23 Instituições de Ensino Superior selecionadas para o estudo, foram tabuladas (APÊNDICE B – INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR SELECIONADAS E SEUS PARÂMETROS) as informações de acordo com os parâmetros o Modelo de Balanço Social Ibase (2016) sugerido para Instituições de Ensino, Fundações e Organizações Sociais, englobando os seguintes grupos:

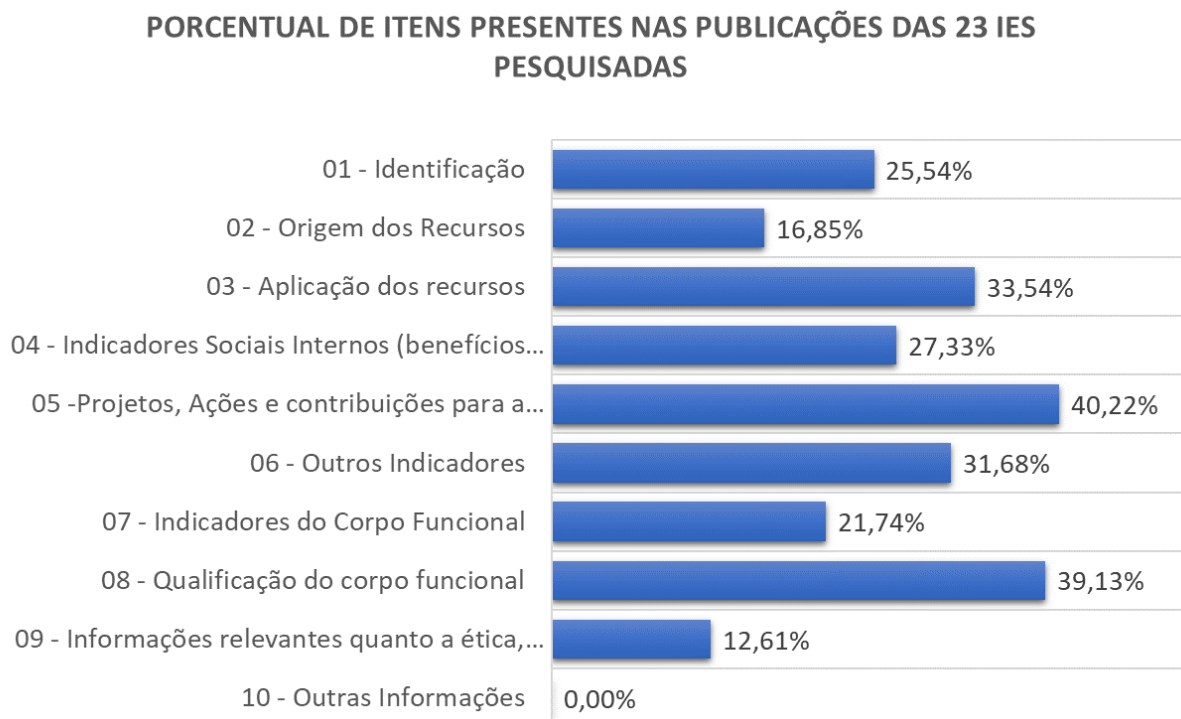
- 01 - Identificação
- 02 - Origem dos recursos.
- 03 - Aplicação de recursos
- 04 - Indicadores sociais internos
- 05 - Projetos, ações e contribuições para a sociedade

- 06 – Outros indicadores
- 07 - Indicadores sobre o corpo funcional
- 08 - Qualificação do corpo funcional.
- 09 - Informações relevantes quanto à ética, transparência e Responsabilidade Social
- 10 - Outras informações

A escolha desse modelo foi motivada por esse ser um modelo criado e amplamente conhecido no Brasil, de fácil compreensão e que mais se adapta as Instituições de Ensino.

Através da verificação das informações contidas nas publicações das 23 Instituições de Ensino Superior mencionadas, pode-se verificar, as informações descritas nessas divulgações, de acordo com a porcentagem de publicação, conforme demonstrado na **Figura 5**.

Figura 5 - Porcentual de itens presentes nas publicações das 23 IES pesquisadas



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Observa-se que o item 05 - Projetos, Ações e Contribuições para a Sociedade, aparece com maior frequência nas publicações das IES (40,22%). Nele são demonstradas ações como assistência jurídica, atendimento a comunidade na área de saúde, bolsas filantrópicas (Prouni, Programa de ações afirmativas, programas próprios) e outras bolsas (FIES, Capes/CNPq).

Na sequência, vem o item 08 – Qualificação do corpo funcional da IES (39,13%), onde são demonstrados o quantitativo de N° total de Docentes, N° de doutores(as), N° de mestres(as), N° de especializados(as), N° de graduados(as), N° total de funcionários(as) no corpo técnico e administrativo, N° de mestres(as), N° de especializados(as), N° de graduados(as), N° de graduandos(as), N° de pessoas com ensino médio, N° de pessoas com ensino fundamental, N° de pessoas com ensino fundamental incompleto, N° de pessoas não-alfabetizadas.

Em terceiro lugar, aparecendo nas 33,54% das publicações, vem o item 03 – Aplicação dos recursos, onde são demonstrados valores referentes projetos, programas e ações sociais, gastos com pessoal (salários, encargos, benefícios), valores de gastos com despesas operacionais, impostos, taxas. Uso de recursos também em investimentos de capital (máquinas, equipamentos, instalações) e outras discriminadas conforme relevância.

No que tange as informações referentes ao N° total de alunos (as), N° total de alunos (as) com bolsas integrais, Valor total das bolsas integrais, N° total de alunos (as) com bolsas parciais, Valor total das bolsas parciais, N° total de alunos (as) com bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa, constantes do Item 06 – Outros Indicadores, aparecem em 31,68% das publicações.

Com relação aos itens 04 - Indicadores Sociais Internos (benefícios destinados aos funcionários), 01 – Identificação completa da Instituição e 07 – Indicadores do Corpo Funcional, estão presentes em 27,33%, 25,54% e 21,74% respectivamente.

Percebe-se que os principais pontos não relatados pelas Instituições de Ensino Superior nos relatórios publicados, estão alocados no item 09 - Informações relevantes quanto à ética (12,61%), transparência e Responsabilidade Social e no item 02 – Origem dos Recursos (16,85%).

Através desses percentuais, pode-se ordenar as Instituições de Ensino Superior que atendem a divulgação dos itens descritos em cada indicador proposto pelo Ibase. Quanto mais itens presentes nas publicações, melhor o nível de informações divulgados por essas entidades, resultando na Tabela 1.

Tabela 1 - Classificação das 23 Intituições de Ensino Superior pesquisadas de acordo com o percentual de itens presentes nas publicações de seus Relatórios Sociais

CLASSIFICAÇÃO	IES	% de EP	
1	UNIVILLE	90,80%	Entre 75% e 100% Nível 1
2	UNICESUMAR	63,22%	
3	UNESC	62,07%	Entre 50% e 75% Nível 2
4	UNOCHAPECÓ	52,87%	
5	UNISUL	48,28%	
6	UNIVALI	48,28%	Entre 25% e 50% Nível 3
7	UNIPLAC	41,38%	
8	PUCRS	39,08%	
9	UNIARP	28,74%	
10	IFC	26,44%	
11	ESTÁCIO	24,14%	
12	UFRGS	21,84%	
13	FURB	19,54%	Entre 0 e 25% Nível 4
14	IFSC	13,79%	
15	USJ	8,05%	
16	UNISATC	5,75%	
17	FMP	2,30%	
18	ANHEMBI	2,30%	
19	UDESC	1,15%	
20	UEPG	1,15%	
21	UFFS	1,15%	
22	ULBRA	0,00%	
23	UFSC	0,00%	

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

É preciso salientar, como já citamos no item 3.1, que das 23 Instituições de Ensino Superior pesquisadas, todas com sede em território Catarinense, verificou-se que somente 09 publicam o relatório social no formato de Balanço Social, sendo que as outras 14 IES restantes não publicam dentro desse modelo.

Essas Instituições, utilizam como publicidade para descrições dessas ações propostas pelo Instituto, vários outros tipos de relatórios nomeados como: Relatório de Gestão, Relatório Social, Vitrine Social, Portal Social, Relatório de Sustentabilidade, Relatório Institucional e Carta ao Cidadão.

A Universidade UNISESUMAR – Universidade do Ensino Superior de Maringá, que aparece na segunda classificação, embora tenha apresentado 63,22% das informações referentes aos itens sugeridos pelo Ibase não publica o Balanço Social. A Universidade divulga o Relatório Social, com dados quantitativos e qualitativos, formato revista e com fotos, com descrição de atividades de ensino, pesquisa e extensão, meio-ambiente e sustentabilidade.

A PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, apresentou 39,08% das informações referentes aos itens sugeridos no modelo de Balanço Social Ibase, embora a publicação utilizada foi Relatório Social, com dados, qualitativos e quantitativos, a maior parte deles de extensão, também utilizando o formato revista com fotos.

A ESTÁCIO – Faculdade Estácio de Sá, apresentou 24,14% das informações referentes aos itens sugeridos, mas o relatório escolhido para essa publicidade foi Relatório de Sustentabilidade.

A FURB – Universidade Regional de Blumenau, apresentou 19,54% das informações referentes aos itens sugeridos, mas através do seu Relatório Institucional, com dados da avaliação institucional, sem ilustrações, a maioria deles qualitativos.

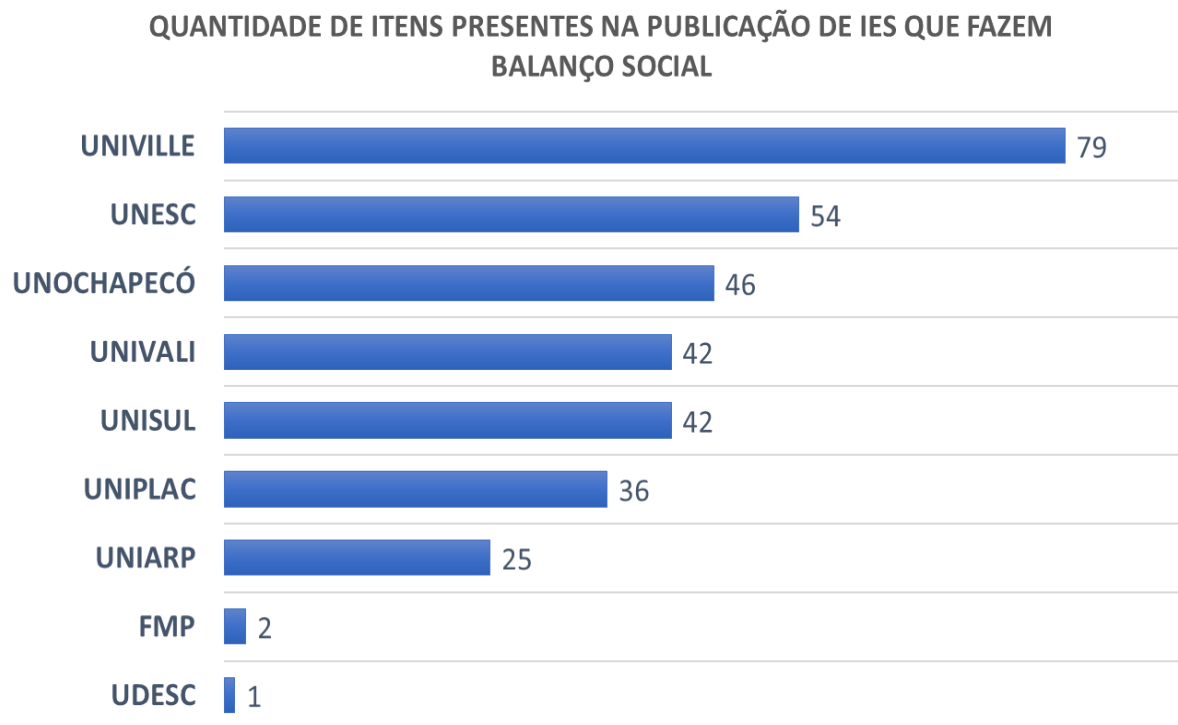
A UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, não apresentou nenhuma informação dentro dos padrões propostos pelo Ibase (0,00%), apenas publicou a Carta ao Cidadão, com dados qualitativos, com descrição de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Posteriormente foram examinadas apenas as 09 Instituições de Ensino Superior sediadas em Santa Catarina (07 privadas e 02 públicas) apontadas na coleta de dados, que publicam as informações sociais através do Balanço Social. São elas: UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville, UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí, UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina, UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense, UNIARP – Universidade do Vale do Rio do Peixe, FMP – Faculdade Municipal de Palhoça e UDESC Universidade do Estado de Santa Catarina.

Nessa etapa, foi verificado a quantidade de itens descritos nessas publicações, de acordo com os 87 itens (APÊNDICE C – ITENS DO MODELO BALANÇO SOCIAL PROPOSTO PELO IBASE do Modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase, para Instituições de Ensino, Fundações e Organizações Sociais.

Após minuciosa análise de todos os itens descritos na publicação dos Balanços Sociais publicados pelas 09 Instituições de Ensino Superior **foi feita a classificação** com maior e menor quantidade de itens apresentados no modelo proposto pelo Ibase, conforme **Figura 6**.

Figura 6 - Quantidade de itens apresentado por cada IES que publicam Balanço Social



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Dentre as Instituições analisadas (**Figura 6**), a UNIVILLE, foi a Universidade que contemplou o maior número de itens propostos no modelo do Ibase, fornecendo 79 itens, dos 87 itens totais, deixando de fora itens dos tópicos 03 – Aplicação de Recursos, 07 – Indicadores do corpo funcional e 10 – Outras informações.

A Instituição vem utilizando o modelo Ibase publicando anualmente desde o exercício de 2012⁷. A Universidade recebeu o certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina em 2020 na categoria Sem Fins Lucrativos, concedido pela Alesc. O certificado é resultado de avaliação de balanços sociais realizada por uma comissão mista composta por representantes técnicos de órgãos públicos e da sociedade civil catarinense (UNIVILLE, 2020).

Na sequência da classificação está a UNESC, fornecendo 54 itens em seu Balanço Social, seguidas da UNOCHAPECÓ com 46 itens presentes em seu Balanço Social publicado,

⁷ https://www.univille.edu.br/pt_br/institucional/furj/documentos_institucionais/transparencia/878625

seguida das Universidades UNIVALI e UNISUL, ambas com 42 itens propostos pelo modelo do Ibase.

No Balanço Social da UNIPLAC, **estão** descritas informações referentes a 36 itens propostos pelo Ibase e no BS da UNIARP, **as informações** estão destacadas em 25 itens.

Por fim, aparecem a FMP, publicando apenas informações dos itens dos tópicos 01 - Identificação e 06 – Outros Indicadores, seguida da Udesc, que publicou somente informações do item do tópico 01.

Como a perspectiva dessa pesquisa é atingir o objetivo proposto, optou-se pela escolha da Udesc para estudar uma proposição de Balanço Social.

5.2 DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DO BALANÇO SOCIAL DA UDESC

A Universidade do Estado de Santa Catarina- Udesc, através da Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN, publicou no site oficial da instituição, dentro do item Prestando Contas, seu Balanço Social⁸, nos anos de 2009, 2010, 2011, 2012 e o ano de 2013. (UDESC, 2020).

A Pró-Reitoria de Planejamento é responsável por coordenar a elaboração do plano geral e as metas da universidade, além do planejamento anual e plurianual, propor e elaborar o orçamento da instituição sempre em consulta aos centros de ensino, além de padronizar e estabelecer fluxos, rotinas e processos, e expedir atos normativos dentro da sua competência.

Essa divulgação trouxe como responsáveis da elaboração do Balanço Social, servidores da Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN e servidores da Pró-Reitoria de Extensão - PROEX através da Comissão de Consecução e Viabilização.

Observando os Balanços Sociais publicados, de forma individualizada, começando pelo ano de 2009, podemos assim descrever a estrutura divulgada, conforme Figura 07:

Figura 7 - Estrutura do Balanço Social Udesc 2009

Apresentação

Introdução
Mensagem do Reitor
Perfil da Instituição
Setor da Economia

⁸ <https://www.udesc.br/prestandocontas/balancosocial>

A Udesc	Histórico Missão e Visão Princípios e Valores Estrutura e Funcionamento Governança Pública
A Atividade Institucional	Diálogo com Partes Interessadas Indicadores de Desempenho
Ações Responsáveis	Área Ambiental Área Cultural Área Social
Indicadores	Demonstrativo

Fonte: Udesc (2021).

Destaca-se que o formato de Balanço Social escolhido foi no formato revista, com material fotográfico, expondo as atividades da Universidade, com dados qualitativos, descrevendo ações basicamente da área de extensão.

Na seção descrita como “Apresentação”, foi feita uma breve introdução sobre o papel e princípios da Udesc no Estado de Santa Catarina, seguida da mensagem do Reitor sobre a leitura do Balanço Social e a importância do mesmo como instrumento de comunicação identificando como:

Importante instrumento, algo além de uma comunicação unidirecional, entende ser a oportunidade de a instituição compreender como as ações divulgadas estão em consonância com sua visão estratégica e com os compromissos estabelecidos por suas lideranças em direção à sustentabilidade (UDESC,2009).

Na subseção descrita como “Perfil da Instituição” **apresenta-se** o estatuto de criação da Universidade e suas principais finalidades como: Garantir indissociabilidade entre o ensino pesquisa e extensão; estabelecer parcerias com a comunidade; promover inclusão social; contribuir para o desenvolvimento local, buscando a erradicação das desigualdades; estimular, promover e manter a investigação científica; fomentar recursos (UDESC, 2009).

Na subseção descrita como “Setor da Economia” apenas foi citado que a Udesc é uma instituição pública financiada com recursos financeiros, advindos das Cotas recebidas do Tesouro Estadual⁹.

Na seção descrita como “A Udesc” discorreu-se em suas subseções sobre o histórico, missão e visão, princípios e valores da Universidade, dando ênfase a autonomia universitária, gestão democrática e participativa. Na subseção “Estrutura e Funcionamento” foi apresentada a sua forma multi-campi com sua estrutura organizacional e unidades de funcionamento.

Seguiu-se com a subseção “Governança Pública” citando todos os conselhos de deliberação superior existentes na época: CONSUNI (Conselho Universitário), CONSAD (Conselho de Administração), CONSEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) e Conselho Curador.

A seção “A Atividade Institucional” traz a preocupação da Universidade no relacionamento com a sociedade e trouxe como indicadores de desempenho: Indicadores de Desempenho Social e Indicadores de Desempenho Ambiental, mas apenas de maneira descritiva de suas ações junto à comunidade.

Igualmente trouxe na seção “Ações responsáveis” relatou-se as atividades da universidade junto à comunidade, através de projetos de extensão na área ambiental, área social e área cultural, mas também apenas de forma qualitativa.

Na seção descrita como “Indicadores”, foi demonstrado o Balanço Patrimonial da Instituição.

Em 2010, o balanço social foi publicado com mais simplicidade, descrevendo a estrutura da Universidade, a Reitoria e ações ambientais, sociais e culturais.

⁹ A cota recebida do Tesouro do Estado representa a fonte de recursos calculada sobre o valor da Receita Líquida Disponível de impostos do Estado (RLD). Metodologia do cálculo da Cota recebida do Tesouro: $RLD \times 2,49\% =$ Cota a Receber

Figura 8 - Estrutura do Balanço Social Udesc 2010

Apresentação	Introdução Mensagem do Reitor Histórico da Instituição Bases Institucionais
Ações Responsáveis	Área Ambiental Área Cultural Área Social





Fonte: Udesc (2021).

O formato utilizado em 2010 repetiu-se no ano seguinte, de 2011 conforme apresentado na

Figura 9.

Figura 9 - Estrutura do Balanço Social Udesc 2011

Índice

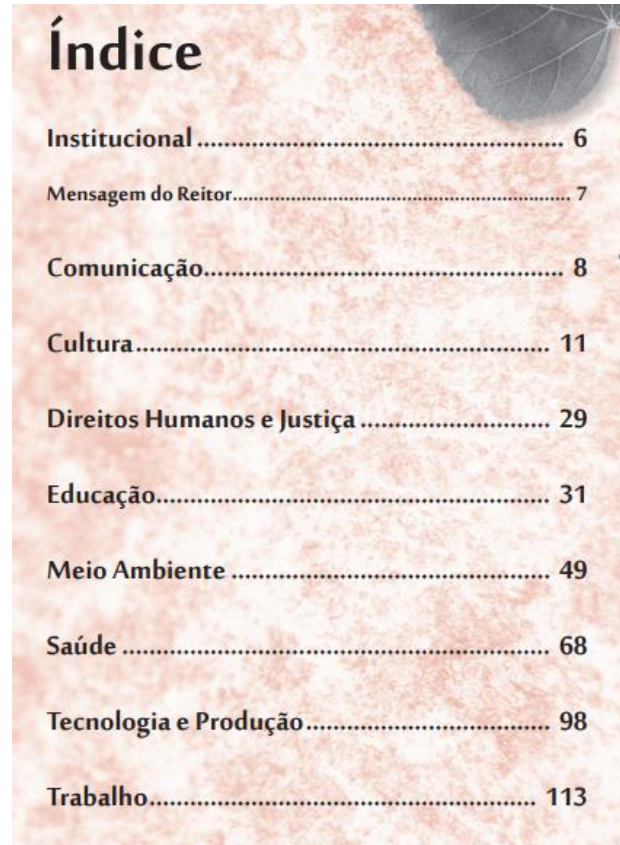
	Institucional	6
	Ambiental	11
	Social	22
	Cultural	70

Fonte: Udesc (2021).

Nos anos de 2012 e 2013, o Balanço Social abrangeu em sua estrutura, mais algumas áreas da Universidade, como Comunicação, Direitos Humanos, Tecnologia, Trabalho. Continuou sendo no formatado de revista, só que já trazendo alguns dados quantitativos, como, por exemplo, número de pessoas beneficiadas com as ações de extensão, dentro de cada projeto oferecido (Figura 10).

Não trouxe mais a apresentação do Balanço Patrimonial.

Figura 10 - Estrutura do Balanço Social Udesc 2012/2013



The image shows a table of contents for the Udesc 2012/2013 Social Balance Report. The title 'Índice' is at the top left. The table lists various sections and their corresponding page numbers. The background of the page has a light, textured pattern with a leaf-like graphic in the top right corner.

Índice	
Institucional	6
Mensagem do Reitor.....	7
Comunicação.....	8
Cultura	11
Direitos Humanos e Justiça	29
Educação.....	31
Meio Ambiente	49
Saúde	68
Tecnologia e Produção.....	98
Trabalho.....	113

Fonte: Udesc (2021).

A partir de 2014 a Universidade deixou de elaborar e divulgar o Balanço Social. Como a publicação do BS não obrigatória, o mesmo deixou de ser prioridade.

A falta de um formato padrão, também apareceu como fator de dificuldade na elaboração, haja vista que, para reunir as informações, faz-se necessário o engajamento das Pró-Reitorias, secretarias e órgãos envolvidos na busca dos dados solicitados.

Comparando com as 23 Instituições de Ensino Superior que publicam algum tipo de Relatórios Sociais estudadas nessa pesquisa, a Udesc aparece na décima nona classificação (lista 1) e se compararmos com as 09 Instituições de Ensino Superior que publicam Balanço Social, é a última colocada (Gráfico 3). Ver se é gráfico ou Figura

Responsabilidade Social, sob o foco da instituição, representa a decisão de participar mais diretamente das ações comunitárias na região onde está localizada e reduzir os possíveis danos ambientais decorrentes da atividade que exerce (BALDO, 2002).

Ficou claro e eminente a preocupação da Udesc em divulgar suas ações sociais junto a sociedade, e detalhar essas informações de um ano para o outro, mas identificou-se na análise dos balanços sociais do período de 5 anos de elaboração e publicidade do mesmo em seu site, a Udesc, apresentou apenas 1 item (item 1 – Identificação), fornecendo apenas 1,15% das informações referentes aos itens sugeridos no modelo de Balanço Social Ibase propostos para Instituições de Ensino, Fundações e Organizações Sociais.

No entanto, o Balanço elaborado pela Universidade, não mostram dados quantitativos como gastos realizados com docentes e servidores; investimentos em infraestrutura, como máquinas instalações e equipamentos; os gastos com pesquisa, extensão e outras bolsas; os serviços prestados à comunidade acadêmica e local. Além de políticas de preservação ambiental e sustentabilidade.

Esses itens seriam a base para demonstrar a situação da Universidade, como origem e aplicação dos recursos arrecadados, indicadores sociais internos (benefícios para funcionários), projetos, ações e contribuições para a sociedade, indicadores do corpo funcional, qualificação do corpo funcional, outros indicadores referentes a alunos e informações relevantes quanto a ética, transparência e responsabilidade social.

Outro fator percebido foi a alta qualidade gráfica utilizada, concluindo que o Balanço Social se aproximou mais de um instrumento de marketing do que de uma demonstração com real possibilidade de medir o impacto social da Instituição.

Presume-se que a Udesc não utilizou o Balanço Social como instrumento de gestão e auxílio no processo de decisão, pois verificou-se que a PROPLAN, no seu site, além de ter publicado entre 2009 e 2013 o Balanço Social, vem publicando, outros Relatórios que trazem dados referentes a ações da Universidade, como Relatório de Gestão, Udesc em Números, Relatórios e Demonstrativos Contábeis¹⁰. (UDESC, 2020).

Com essa variedade de relatórios, a Universidade demonstra que as informações existiam, mas cada uma era controlada separadamente.

Segundo o Ibase (2009), a não adoção de um padrão mínimo na apresentação das informações dificulta a avaliação da função social da Instituição. Os indicadores desenvolvidos ajudam as análises comparativas da própria instituição ao longo do tempo ou entre outras do mesmo setor. Conforme apontado por Pinto e Ribeiro (2004, p.32) em seu estudo: “As entidades adotam modelos diferentes e publicam os dados das mais variadas formas. Um mesmo

¹⁰ <https://www.udesc.br/prestandocontas>

indicador é expresso em valores por organizações, em quantidades físicas ou percentuais por outras. Isso impossibilita ao usuário fazer comparações entre instituições.

O Balanço Social pode ser considerado confiável para a aplicação da evidenciação e transparência, em especial porque sintetiza dados esparsos ou de difícil localização dentro da Instituição.

Ressalta-se a importância de o Balanço Social ser elaborado e divulgado num formato de simples leitura a qualquer cidadão, evitando termos demasiadamente técnicos como os utilizados nos Relatórios de Gestão (RG), pois o objetivo é fazer com que toda a comunidade fique ciente das ações da IES.

6 PROPOSTA DE MODELO PARA BALANÇO SOCIAL

Ao se elaborarem Modelos, deve-se preocupar com os usuários que os utilizarão, visto que as informações institucionais têm como destinatários não apenas os funcionários públicos, mas a cidadania em geral (LARROCA, 2004).

A concepção da proposta de um novo modelo de Balanço Social também visa suprir uma lacuna no sistema de informações dos órgãos e entidades governamentais, possibilitando à sociedade obter informações com relativa transparência dos recursos recebidos, de sua aplicação e das políticas desenvolvidas por essas organizações (TINOCO, 2010).

A problemática dessa pesquisa fica resumida na questão do problema: Como desenvolver modelo de Balanço Social com base nos indicadores propostos pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase como instrumento de informação para a Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc?

Levando-se em consideração os Balanços Sociais publicados pelas 09 Instituições de Ensino Superior estudadas, e com base na análise dos resultados encontrados, formulamos uma proposta de Balanço Social que consiste na seguinte combinação:

- 1) Modelo de Balanço Social proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase para Instituições de Ensino, Fundações e Organizações Sociais, adaptado a realidade da Udesc e,
- 2) Indicadores propostos¹¹ nas áreas de meio ambiente e sustentabilidade, com base nos seguintes Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que se julgou mais adequados para as IES:
 - 01 – Erradicação à Pobreza;
 - 04 – Educação de Qualidade;
 - 05 – Igualdade de Gênero;
 - 06 – Água Potável e Saneamento;
 - 07 – Energia Limpa e Acessível;
 - 10 – Redução das Desigualdades
 - 12 – Consumo e Produção Responsáveis e
 - 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima.

¹¹ Esses indicadores, foram propostos com base no levantamento de dados realizado paralelamente a pesquisa original, nos relatórios sociais publicados pelas IES sediadas em SC

O Quadro 06 contempla a proposta desenvolvida como Modelo de Balanço Social para a Universidade do estado de Santa Catarina - Udesc:

BALANÇO SOCIAL MODELO					
1 - Identificação					
Nome da instituição:					
Tipo/categoria (conforme instruções):		Classificada como OSCIP (lei 9790/99)? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não			
Natureza jurídica: <input type="checkbox"/> associação <input type="checkbox"/> fundação <input type="checkbox"/> sociedade		De utilidade pública? <input type="checkbox"/> não Se sim, () federal <input type="checkbox"/> estadual <input type="checkbox"/> municipal			
Sem fins lucrativos? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		Isenta da cota patronal do INSS? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não			
Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS)? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		Possui registro no: <input type="checkbox"/> CNAS <input type="checkbox"/> CEAS <input type="checkbox"/> CMAS			
2 - Origem dos recursos		202X Valor (mil reais)	0%	202X Valor (mil reais)	0%
Receitas Totais					
a. Receitas Correntes			0%		0%
b. Receita de Capital			0%		0%
c. Receita Corrente Líquida			0%		0%
3 - Aplicação dos recursos		202X Valor (mil reais)	0%	202X Valor (mil reais)	0%
Despesas Totais					
a. Projetos, programas e ações sociais (excluindo pessoal)					
b. Folha de Pagamento de salários de Professores					
c. Folha de Pagamento de Técnicos Administrativos					
c. Folha de Pagamento de Estagiários					
d. Total de pagamentos de terceirizados (substituição de mão-de-obra)					
g. Despesas diversas (somatório das despesas abaixo)					
Operacionais					
Impostos e taxas					
Financeiras					
Capital (máquinas + instalações + equipamentos)					
Outras (que devem ser discriminadas conforme relevância)					

4 - Indicadores sociais internos	202X Valor (mil reais)	0% sobre receita	202X Valor (mil reais)	0% sobre receita
a. Vale alimentação				
b. Capacitação e desenvolvimento profissional				
c. Seguros				
d. Assistência à Saúde				
e. Segurança e medicina no trabalho				
f. Transporte e/ou Vale Transporte				
g. Outras aplicações em benefícios aos funcionários				
Total - Indicadores sociais internos				
5 - Projetos, ações e contribuições para a sociedade	202X Valor (mil reais)	0% sobre receita	202X Valor (mil reais)	0% sobre receita
a. Assistência jurídica, esporte, cultura e lazer				
	Nº pessoas beneficiadas:		Nº pessoas beneficiadas:	
b. Atendimento a comunidade na área da saúde				
	Nº pessoas beneficiadas:		Nº pessoas beneficiadas:	
c. Bolsas filantrópicas (Programa de Ação Afirmativa, ProUni cota, ProUni, PEC-G, Programa Interno)				
	Nº pessoas beneficiadas:		Nº pessoas beneficiadas:	
d. Outras bolsas (FIES, Capes/CNPq, outras)				
	Nº pessoas beneficiadas:		Nº pessoas beneficiadas:	
e. Atividades de extensão comunitária gratuita				
	Nº pessoas beneficiadas:		Nº pessoas beneficiadas:	
Valores totais				
6 - Outros indicadores	202X		202X	
Nº total de alunos(as)				
Nº de alunos(as) com bolsas integrais				
Valor total das bolsas integrais	R\$		R\$	

Nº de alunos(as) com bolsas parciais				
Valor total das bolsas parciais	R\$		R\$	
Nº de alunos(as) com bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa				
Valor total das bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa	R\$		R\$	
7 - Indicadores sobre o corpo funcional	202X		202X	
Nº total de servidores(as) ativos ao final do período				
Nº total de servidores(as) inativos ao final do período				
Nº de admissões durante o período				
Nº de prestadores(as) de serviço				
% de servidores(as) acima de 45 anos	%		%	
Nº de mulheres que trabalham na instituição				
% de cargos de chefia ocupados por mulheres				
Idade média das mulheres em cargos de chefia				
Salário médio das mulheres	R\$		R\$	
Idade média dos homens em cargos de chefia				
Salário médio dos homens				
Nº de negros(as) que trabalham na instituição				
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	%		%	
Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia				
Salário médio dos(as) negros(as)	R\$		R\$	
Nº de brancos(as) que trabalham na instituição				
Salário médio dos(as) brancos(as)	R\$		R\$	
Nº de estagiários(as)				
Nº de voluntários(as)				
Nº portadores(as) necessidades especiais				
Salário médio portadores(as) necessidades especiais	R\$		R\$	
8 - Qualificação do corpo funcional	202X		202X	
Nº total de docentes				
Nº de pós-doutores(as)				

Nº de doutores(as)				
Nº de mestres(as)				
Nº de especializados(as)				
Nº com dedicação integral				
Nº total de funcionários(as) no corpo técnico e administrativo				
Nº de pós-doutores(as)				
Nº de doutores(as)				
Nº de mestres(as)				
Nº de especializados(as)				
Nº de graduados(as)				
Nº de graduandos(as)				
Nº de pessoas com ensino médio				
Nº de pessoas com ensino fundamental				
Nº de pessoas não-alfabetizadas				
9 - Indicadores de cursos da Instituição	202X	% sob o total	202X	% sob o total
Total de cursos de graduação				
Total de cursos de pós-graduação				
Total de cursos de doutorado				
Total de cursos de pós-doutorado				
Total de cursos de mestrado				
Total de cursos de especialização				
Total de cursos				
10 - Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social	202X		202X	
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
O processo de admissão de empregados(as) é:	% por indicação % por seleção/concurso		% por indicação % por seleção/concurso	

A instituição desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional?	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada () não <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada		<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada () não <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada	
Se "sim" na questão anterior, qual?	<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais		<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais	
A organização desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade entre alunos(as) e/ou beneficiários(as)?	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada () não <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada		<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada () não <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada	
Se "sim" na questão anterior, qual?	<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais		<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais	
Na seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos		<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos	
A participação de empregados(as) no planejamento da instituição:	<input type="checkbox"/> não ocorrem <input type="checkbox"/> ocorrem regularmente <input type="checkbox"/> ocorrem somente p/cargos intermediários		<input type="checkbox"/> não ocorrem <input type="checkbox"/> ocorrem regularmente <input type="checkbox"/> ocorrem somente p/cargos intermediários	
Os processos eleitorais democráticos para escolha dos coordenadores(as) e diretores(as) da organização:	<input type="checkbox"/> não ocorrem <input type="checkbox"/> ocorrem regularmente <input type="checkbox"/> ocorrem somente p/cargos intermediários		<input type="checkbox"/> não ocorrem <input type="checkbox"/> ocorrem regularmente <input type="checkbox"/> ocorrem somente p/cargos intermediários	
A instituição possui Comissão/Conselho de Ética para o acompanhamento de:	<input type="checkbox"/> todas ações/atividades <input type="checkbox"/> ensino e pesquisa <input type="checkbox"/> experimentação animal/vivissecação <input type="checkbox"/> não tem		<input type="checkbox"/> todas ações/atividades <input type="checkbox"/> ensino e pesquisa <input type="checkbox"/> experimentação animal/vivissecação <input type="checkbox"/> não tem	
11 - Indicadores Ambientais e Sustentabilidade	202X		202X	
A instituição desenvolve alguma política ou ação para erradicação a pobreza?	<input type="checkbox"/> sim () não		<input type="checkbox"/> sim () não	

Se "sim" na questão anterior, qual(is)?				
A instituição desenvolve alguma política ou ação para melhorar o acesso(pré-vestibular) a educação de qualidade?	<input type="checkbox"/> sim () não		<input type="checkbox"/> sim () não	
A instituição adota alguma prática de Responsabilidade social?	<input type="checkbox"/> sim () não		<input type="checkbox"/> sim () não	
Se "sim" na questão anterior, qual(is)?				
A Instituição destacar em sua missão e seus valores a importância do respeito entre pessoas, independente de gênero, raça e classe social?	<input type="checkbox"/> sim () não		<input type="checkbox"/> sim () não	
A Instituição divulga o canal de denúncias de violência contra mulher (Disque 180)?	<input type="checkbox"/> sim () não		<input type="checkbox"/> sim () não	
A Instituição desenvolve alguma política ou ação referente a Gestão sustentável da água?	<input type="checkbox"/> sim () não		<input type="checkbox"/> sim () não	
Se "sim" na questão anterior, qual(is)?				
A Instituição desenvolve alguma política ou ação para obter energia limpa e acessível?	<input type="checkbox"/> sim () não		<input type="checkbox"/> sim () não	
Se "sim" na questão anterior, qual(is)?				
A Instituição adota o sistema de energia solar?	<input type="checkbox"/> sim () não		<input type="checkbox"/> sim () não	
Se "sim" na questão anterior, qual(is)?				
A instituição desenvolve alguma política ou ação para promover a inclusão social?	<input type="checkbox"/> sim () não		<input type="checkbox"/> sim () não	

Se "sim" na questão anterior, qual(is)?				
A instituição desenvolve alguma política ou ação para promover a produção e consumo sustentável?	<input type="checkbox"/> sim () não		<input type="checkbox"/> sim () não	
Se "sim" na questão anterior, qual(is)?				
A instituição desenvolve projetos de pesquisa e formação na área ambiental?	<input type="checkbox"/> sim () não		<input type="checkbox"/> sim () não	
Se "sim" na questão anterior, qual(is)?				
12 - Outras Informações				

O modelo apresentado diferencia-se de outras propostas, pois não está concentrado em uma abordagem apenas. Disponibiliza um rol ampliado de informações, qualitativas e quantitativas, que permite aos usuários o acompanhamento mais sistêmico da performance econômica, financeira, ambiental e social da instituição.

Os procedimentos éticos, de transparência, responsabilidade social e sustentabilidade na gestão das instituições também são contemplados no modelo proposto.

Para maior clareza dos indicadores apresentados na proposta, na sequência, faz-se um detalhamento dos itens por grupos, melhorando o entendimento sobre a concepção e a propósito do demonstrativo.

1 - Apresentação da Entidade: permite, inicialmente, a identificação da instituição divulgadora do demonstrativo. Abrange informações cadastrais e de natureza jurídica (com ou sem fins lucrativos), entre outros.

2 - Origem dos Recursos: servem para estabelecer a relação das aplicações de recursos efetuadas pela entidade com a receita do período, demonstrando se são recursos governamentais, doações, convênios, contribuições e outras.

3 - Aplicação de recursos: especifica qual a destinação dos recursos que entraram na instituição, que pode ser em projetos, programas e ações sociais, pessoal (salários, benefícios e encargos), e despesas diversas (operacionais, impostos e taxas, financeiras, entre outras).

4 - Indicadores sociais internos: detalham as ações e/ou benefícios destinado aos servidores internos do setor público, entre eles alimentação, educação, capacitação, saúde, bolsas/estágios, transporte, entre outros.

5 - Projetos, ações e contribuições para a sociedade: aqui são listados todos os programas e ações que as organizações desenvolvem em prol a sociedade em que estão inseridas, através da aplicação dos recursos, à população em geral.

6 – Outros indicadores: em razão da peculiaridade das entidades de ensino, consta neste bloco indicadores do corpo discente e dos cursos. Mostra a quantidade de alunos na graduação e pós-graduação, quantidade de alunos com bolsas de estudos, evasão, reprovação e total de cursos ofertados. Este bloco de indicadores torna-se importante na medida em que evidencia a capacidade dos alunos se manterem no ensino superior, quantos ingressam, qual o nível de evasão, qual o nível de reprovação, quantos alunos concluem o ensino superior no período. Indica o potencial de capital humano qualificado para melhorar o contexto da região em que a entidade está instalada.

Permite informar o envolvimento da instituição em trabalhos voluntários e os empregos indiretos gerados a partir de sua atuação.

7 - Indicadores sobre o corpo funcional: nesta proposta, os recursos humanos são representados por um conjunto de indicadores que permitem identificar o perfil do quadro funcional como número total de empregados, de admissões, percentual de empregados acima de 45 anos, número de mulheres, homens, negros e brancos que trabalham na instituição, salário médio das mulheres, homens, negros e brancos, número de estagiários, voluntários, entre outros, demonstrando assim o exercício da cidadania institucional.

8 - Qualificação do corpo funcional: especifica qual o nível de escolaridade dos empregados e associados, destacando o número de doutores, mestres, especializados, graduados e graduandos, nível médio, fundamental, entre outros.

Para as instituições de ensino, torna-se primordial externar o esforço organizacional da valorização, a manutenção e o investimento permanente do quadro funcional. O Balanço Social traduz-se em instrumento diferenciado de evidenciação das políticas de gestão de recursos humanos e a relação estabelecida com os colaboradores.

09 – Indicadores de Cursos da Instituição: Quantifica o nº total de cursos de graduação e pós-graduação durante o biênio proposto.

10 - Informações relevantes quanto à ética, transparência e Responsabilidade Social: a inserção deste conjunto de informações dá-se pela necessidade da exposição de práticas que justifiquem o discurso de entidade socialmente responsável e a transparência da gestão, uma vez que as Instituições de Ensino Superior Públicas têm a publicidade como um dos princípios constitucionais, que ganhou força com a LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Este grupo permite relatar: se o processo de admissão é por indicação ou por edital de seleção/concurso; se na seleção de parceiros e prestadores de serviço, os critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental são sugeridos, são exigidos ou não são considerados; se no planejamento da instituição há a participação dos empregados apenas em nível de chefia, em todos os níveis ou não há participação; se a ocorrência de processos eleitorais para a escolha dos ocupantes dos cargos de gestão ocorre regularmente, se ocorrem para todos os cargos ou somente para cargos intermediários ou se não ocorrem; se a comissão/conselho de ética tem atuação em todas as ações/atividades da instituição, em algumas atividades determinadas, não tem qualquer atuação ou não tem comissão/conselho instalado na instituição

11 – Indicadores Ambientais e Sustentabilidade: identifica informações que sejam relevantes para a compreensão de suas práticas e projetos ambientais, medidas de gestão sustentável da água, energia limpa, produção e consumo consciente, distribuição de materiais

recicláveis. Assim, os gestores demonstram ações e estratégias voltadas para o desenvolvimento sustentável, demonstrando a sociedade procedimentos e atitudes com o meio ambiente.

12 - Outras informações: espaço reservado e utilizado pelas instituições para divulgar outras informações que sejam relevantes ao conjunto de usuários e que não tenham sido contempladas anteriormente. Pode-se incluir, por exemplo, pesquisa de satisfação realizada com o quadro funcional.

O modelo proposto favorece a realização de comparações entre dois exercícios, o atual e o exercício anterior, de acordo com as necessidades dos usuários internos, auxiliando na tomada de decisões. Para que o mesmo seja aplicado, a idealização é que necessite apenas de regulamentação interna.

Pode ser utilizado em outras Instituições de Ensino Superior pública, como ferramenta de apoio na gestão das responsabilidades sociais que decorrem de sua atividade e do espaço que ocupam na melhoria da qualidade de vida das comunidades onde se inserem.

Os Indicadores **Ambientais e Sustentabilidade**, por exemplo, são relevantes pois segundo Nixon (2002), os objetivos principais para analisar e divulgar a sustentabilidade de um Campus universitário deve ser: relacionar a posição da instituição com relação aos objetivos sustentáveis; identificar gargalos e as estratégias que melhorem o desempenho institucional; e, permitir a construção de uma cultura voltada à sustentabilidade.

Costa e Almeida (2013) mencionam que a avaliação das práticas sustentáveis, em IES, torna-se cada vez mais crescente. As autoras ressaltam que esses trabalhos são importantes por ampliarem as oportunidades, levando a academia a divulgar pesquisas empíricas. No caso dos indicadores de sustentabilidade, é perceptível o crescimento de preocupação sobre o tema em diferentes organizações, inclusive, as de ensino superior (HASAN; MORRISON, 2011).

Tachizawa (2004) destaca que a iniciativa de divulgar as informações relacionadas ao meio ambiente, por parte das entidades, se deve também pelo fato de que as instituições, e aqui também se incluem as IES, estão assumindo, cada vez mais, a responsabilidade que lhes cabe pelo impacto que suas atividades causam ao meio ambiente, além de que assumir essa responsabilidade é um dos primeiros passos para se atingir o desenvolvimento sustentável.

Segundo Kroetz (2000) destaca a importância do balanço social para qualquer pessoa que possua contato com a Instituição, ou seja, a sociedade em geral. As informações que ali constam são relevantes e de confiabilidade. Sem essa prática, a instituição não poderá apresentar êxito em programas de qualidade, quebra de preconceitos e transparência administrativa (KROETZ, 2000). Para Petrelli (2004, p. 58) “O Balanço Social surge como um

dos instrumentos fundamentais nesse processo, capaz de contribuir para que o papel social, que constitui a essência da universidade, seja divulgado, e reconhecido e avaliado pela sociedade”.

O Balanço Social também é objeto de auxílio para os gestores, ajudando-os a planejar, distribuir e controlar os recursos, com destaque na tomada de decisões em dois campos: o didático–pedagógico e o administrativo-financeiro; não esquecendo do mais importante, que é a transparência dos atos e fatos administrativos (NEGRA; TEIXEIRA; CARMO; 2009). Na concepção de Mazzioni (2005), pode-se conceber o Balanço Social como um conjunto de informações de base contábil, gerencial, econômica e social, capaz de proporcionar uma visão sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e sua atuação em benefício da sociedade. No Balanço Social, deve-se buscar demonstrar, tudo aquilo que é intrínseco, porém não nítido à sociedade. Tem-se que se ter em mente, o ponto chave de que a sociedade é leiga, e o sendo, não tem obrigação de conhecer ou entender terminologias técnicas próprias da classe contábil (FERREIRA, 2009).

Batista (2000) demonstra que o balanço social trata de uma ferramenta de gestão, que possibilita informar tanto dados qualitativos, quanto dados quantitativos que versam sobre as políticas administrativas, bem como sobre as relações entidade/ambiente. Ou seja, desta forma, estes dados podem ser comparados e analisados conforme as necessidades dos usuários internos, servindo como instrumento de controle, de auxílio para a tomada de decisões e na adoção de estratégias.

Desse modo, a elaboração e divulgação do Balanço social melhora a sua imagem junto a sociedade, a fim de que a mesma possa exercer o importante papel de agente fiscalizador dos recursos arrecadados e dos gastos realizados pela Instituição.

7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

7.1 CONCLUSÕES

Como foi descrito ao longo dessa pesquisa, o Balanço Social é um relatório que visa demonstrar de onde vêm os recursos da organização, onde eles são aplicados, quais são as atividades desenvolvidas e como a instituição se relaciona com seus servidores e sociedade. Além disso, existe a possibilidade de a organização relatar a preocupação e quais são as metas para promover a diversidade em seus quadros, apresentar em que nível está a participação interna e externa e como anda a democracia no dia-a-dia institucional.

A dissertação teve por objetivo geral desenvolver proposta de Balanço Social com base nos indicadores do Ibase para a universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc. O desenvolvimento dos objetivos específicos apresentados no capítulo 1 e na sequência deste texto, possibilitou a elaboração da proposta e das conclusões.

Em relação ao objetivo específico 1, qual seja “caracterizar as informações apresentadas nos Balanços Sociais publicados por Instituições de Ensino Superior Catarinenses”, conclui-se que não há padronização ou modelo seguido pelas Instituições de Ensino superior de Santa Catarina. Das 23 Instituições de Ensino que compuseram a amostra, a grande maioria não publicou o Balanço Social. Somente 02 Instituições de Ensino Públicas publicaram o BS e 06 Instituições de Ensino Públicas publicaram outros tipos de Relatórios Sociais.

O desenvolvimento do objetivo específico 2, “descrever o modelo de Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase” possibilitou o alcance do objetivo específico 3, ou seja, “analisar os Indicadores propostos pelo Ibase em relação aos dos modelos de Balanços Sociais publicados pelas Instituições de Ensino Superior”. O objetivo específico 3 foi alcançado com a realização das seguintes etapas: Porcentual de itens presentes, referente aos indicadores do modelo Ibase, nas publicações das 23 IES pesquisadas, classificação das 23 Instituições de Ensino Superior pesquisadas de acordo com o porcentual de itens presentes nas publicações de seus Relatórios Sociais, quantidade de itens apresentado por cada IES que publicam Balanço Social.

Os resultados alcançados em relação ao objetivo específico 3 demonstram que Instituições de Ensino Superior Catarinenses vem utilizando o modelo Ibase de Balanço Social, publicando anualmente, demonstrando a importância da utilização dessa ferramenta para divulgar as suas ações perante a sociedade. Os itens com maior destaque e apareceram com

maior frequência nas publicações da IES foram os do tópico 05 - Projetos, Ações e Contribuições para a Sociedade, do tópico 08 – Qualificação do corpo funcional da IES, o item 03 – Aplicação dos recursos.

No “alinhamento entre o Balanço Social do Ibase com o da Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc” (objetivo específico 4), verificou-se que nos anos de 2009 a 2013, a Instituição elaborou seu Balanço Social, porém os relatórios revelaram apenas programas e ações realizados em termos de extensão universitária, deixando de apresentar informações de cunho social, econômico, financeiro, ambiental e sustentabilidade, além de não fornecer informações referentes aos indicadores sugeridos no modelo de Balanço Social modelo Ibase. Sociais. Desta forma, o estudo propõe um modelo de BS para a Udesc, apresentando em sua estrutura um conjunto de indicadores sugeridos pelo Ibase para Instituições de Ensino, Fundações e Organizações Sociais, acrescido de indicadores propostos pela autora nas áreas de meio ambiente e sustentabilidade (indicador 11), com base nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS que se julgou mais adequados para as IES.

Os Indicadores **Ambientais e Sustentabilidade** são relevantes pois segundo Nixon (2002), os objetivos principais para analisar e divulgar a sustentabilidade de um Campus universitário deve ser: relacionar a posição da instituição com relação aos objetivos sustentáveis; identificar gargalos e as estratégias que melhorem o desempenho institucional; e, permitir a construção de uma cultura voltada à sustentabilidade.

Conclui-se que a proposta apresentada visa contribuir com a responsabilidade social e desenvolvimento sustentável da UDESC, relatar a todos os usuários da informação, tanto internos quanto externos, seu compromisso com a sociedade, possibilitando evidenciar de forma padronizada, clara e objetiva as políticas públicas executadas. Além de contribuir no processo decisório de gestão e planejamento estratégico, por meio da incorporação de variáveis sociais, econômicas e ambientais, no auto avaliação institucional e na divulgação de ações decorrentes de sua atuação na comunidade onde está inserida.

7.2 RECOMENDAÇÕES

Como esta pesquisa sobre proposta de modelo de Balanço Social é a primeira realizada nesta instituição, torna-se possível tecer algumas recomendações tais como: (a) implantação dessa proposta de modelo na Instituição e publicação anual, permitindo que todos os usuários da informação, possam acompanhar o seu desempenho e sua responsabilidade social, bem como. servir como fonte de dados para que diversas pesquisas relacionadas à UDESC possam

surgir, aprimorando assim o próprio relatório e especialmente a relação da instituição com o meio social em que está inserido; (b) analisar Balanços Sociais de outras IES Públicas para verificar as ações sociais realizadas de forma comparativa;

Por se tratar de um tema atual, como sugestões para futuros estudos realizados com este tema, sugere-se:

- Comparar modelos utilizados por IES de outros Estados brasileiros, buscando naqueles pontos relevantes que possam aprimorar este.

- Caso a Instituição venha a colocar em prática a publicação do balanço social, analisar outras formas de divulgação do demonstrativo e de que modo a divulgação já feita repercutiu nos mais variados usuários internos e externos.

- Ampliar a base teórica de pesquisa com relação ao contexto internacional, com o objetivo de observar a existência de trabalhos realizados nos mesmos moldes aqui apresentado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Letícia Garrido de; OLIVEIRA, Taís Cristina de. Balanço social: análise dos modelos praticados atualmente e indícios de padronização em empresas que fazem parte do índice de sustentabilidade empresarial. **Revista Eniac Pesquisa**, Guarulhos, v. 7, n. 1, p. 109-124, 28 jan. 2018. Disponível em: <https://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/497>. Acesso em: 27 set. 2021.

ALBUQUERQUE, Max *et al.* **Balanço Social para o Setor Público**: Uma proposta de transparência. 2013. Disponível em: <https://www.administaradores.com.br/artigos/marketing/balanco-social-para-o-setor-publicouma-proposta-de-transparencia/13636/> Acesso em: 13 ago 2020.

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ALMEIDA, Mário de Souza. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva**. São Paulo: Atlas, 2011.

ARAGÃO, Joana Paula Avelino da Silva. **O balanço social como condição necessária ao crescimento sustentável das empresas**. Fortaleza, 2010. 64 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade Lourenço Filho, Fortaleza, 2010.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/DZcZXSqTbWHpF6fhRm8b9fP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de informação na Ciência da Informação. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v.20, n.3, p. 95-105, set./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/6951>. Acesso em: 23 jun. 2021.

ARAÚJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes de; FREIRE, Isa. Conhecimento para o desenvolvimento: reflexões para o profissional da informação. **Revista Sociedade e Informação**, João Pessoa, v. 9, n. 1. 1999. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/417>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BALANÇO SOCIAL. **Publique seu balanço social**. 2015. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=2>. Acesso em: 06 jan. 2021.

BALDO, Roberta. A Empresa cidadã frente ao Balanço Social. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: INTERCOM, 2002. p. 1-19. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP5BALDO.pdf. Acesso em: 23 jun. 2021.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A eficiência Técnica e Econômica e a viabilidade de produtos e serviços de informação. **Ciência da Informação**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 1-18, jul. 1996. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/640>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia**: um guia para a iniciação científica. 2. ed. ampliada. São Paulo: Makron Books, 2000.

BATISTA, H. M. Balanço social: uma mudança de estratégia a favor da política social. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 16, 2000. Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia, 2000.

BCSD Portugal. **BCSD Portugal**. c2021. Disponível em: <https://bcsdportugal.org/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

BERNARDO, Denise Carneiro dos Reis. **Ações de responsabilidade social empresarial e incentivos fiscais no Brasil**. 2010. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Lavras, 2010. Disponível em: http://repositorio.ufla.br/jspui/bitstream/1/2939/1/TESE_A%C3%A7%C3%B5es%20de%20responsabilidade%20social%20empresarial%20e%20incentivos%20fiscais%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.

BERNARDO, Tereza Neuma Costa. SILVA, Ana Paula Ferreira da. FALK, James Anthony. **Indicadores de balanço social como ferramenta para demonstrar as práticas de responsabilidade socioambiental**: um estudo realizado no setor elétrico. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2011_TN_STO_145_910_18432.pdf. Acesso em: 10 set.2021

BLEIL, Claudécir *et al.* Balanço Social no Setor Público: um estudo de casa em uma Prefeitura Municipal. **Revista de Administração e Ciência Contábeis de IDEAU**. Rio Grande do Sul, v. 6, n. 12, jan.-jun. 2011.

BOLAN, Valmor; MOTTA, Márcia Vieira. Responsabilidade Social do Ensino Superior. **Revista Educação**, vol. 10, n.10, p.204-210, ago. 2007.

BORKO, Harold. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, jan. 1968. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2532327/mod_resource/content/1/Oque%C3%A9CI.pdf. Acesso em: 23 jun. 2021.

BRANDLI, Luciana Londero, et. al. Avaliação da presença da sustentabilidade ambiental no ensino dos cursos de graduação da Universidade de Passo Fundo. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 17, n. 2, p. 433-454, 2012. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/763> Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL, Marcus Vinicius de Oliveira de et al. O marketing social em projetos de responsabilidade social universitária. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 113-137, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2015v8n2p113>. Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Agência Câmara de Notícias. **Comissão rejeita balanço social obrigatório para empresas**. 2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/140278-comissao-rejeita-balanco-social-obrigatorio-para-empresas/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. 2007. Brasília, DF: DOU, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm. Acesso em 07 jan. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 32, de 03 de fevereiro de 1999**. Cria o balanço social para as empresas que menciona e dá outras providências. Brasília, DF: [s. n.], 17 set. 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14958>. Acesso em: 30 mar. 2022.

CAPURRO, Rafael, *et al.* O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/6690>. Acesso em: 23 junho 2021.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; SILVA, Alfredo Rodrigues Leite da; PIMENTEL, Thiago Duarte. O tema da proteção ambiental incorporado nos discursos da responsabilidade social corporativa. **Revista de Administração Contemporânea**, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 1-16, mar. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/fgfLR87PJMjCK5dKHWrsppv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2021.

CASARIL, Carlos Casseiro. Importância das universidades públicas para a economia local e regional: o caso da Unioeste e UFTPR em Francisco Beltrão, PR. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 70, p. 286-314, 25 mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2019v34n70p286>. Acesso em: 27 set. 2021.

CAVALCANTI, Daniel da Silva. **Gestão da responsabilidade social de empresas ao entorno de comunidade: o caso complexo de Maré/RJ**. Rio de Janeiro, 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de pós-graduação em Gestão e Estratégia em Negócios, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.

CERQUEIRA, Jorge P. **Sistemas de Gestão Integrados**. São Paulo: Qualitymark, 2010.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 242 p.

CHOO, Chun Wei. **A Organização do Conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. 3. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2003.

COSTA, A. V. O. **Indicadores de sustentabilidade para instituições de ensino superior: contribuições para a Agenda Ambiental PUC-Rio**. Rio de Janeiro, 2012. 132 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Metrologia), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

COUTINHO, R. B. G.; MACEDO-SOARES, T. D. L. V. A.; SILVA, J. R. G. Projetos sociais de empresas no Brasil: arcabouço conceitual para pesquisas empíricas e análises gerenciais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, out. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/VxHYx9HsXhKhtNMvR3qsz6B/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 set. 2021

CRISCUOLO, Vincenzo. Evolução do Balanço Social na Administração Pública Italiana. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2010. Disponível em: <http://www.uff.br/pae/index.php/pca/article/view/32/47>. Acesso em: 27 set. 2021.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da.; RIBEIRO, Maísa de Souza. Evolução e estrutura do balanço social no Brasil e países selecionados: um estudo empírico. **RAC-Eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 136-152, maio/agosto 2007. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/31017/evolucao-e-estrutura-do-balanco-social-no-brasil-e-paises-selecionados--um-estudo-empirico>. Acesso em: 27 set. 2021.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo; Atlas, 1998.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERRARI, Lívia. O modelo do Ibase já é adotado por mais de 250 empresas. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 12 jul. 2004.

FERREIRA, Luiz Felipe Ferreira. O balanço Social e sua importância no contexto das organizações. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 6, 2009, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: SEGET, 2009. p. 1-13. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/332_RESPONSABILIDADE_SOCIAL.pdf. Acesso em: 10 set.2021.

FERREIRA, R.N., (2011). **Investimentos sociais e riqueza gerada: uma análise a partir do balanço social**. Revista Pretexto, v.12, n 4, p.09-32.

FREIRE, Fátima de Souza; REBOUÇAS, T. R. S. da. Uma descrição sucinta do balanço social francês, português, belga e brasileiro. In: FREIRE, Fátima de Souza; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Balanço social**: teoria e prática, inclui o novo modelo do Ibase. São Paulo: Atlas, 2001.

FUNEPE. **Cartilha 17 objetivos do desenvolvimento sustentável**. 2021. Disponível em: <https://www.funep.edu.br/site/noticia/1111/cartilha-17-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acesso em: 15 set. 2021

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], v. 35, n. 2, p. 57–63, 1995. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38183>. Acesso em: 27 set. 2021.

GODOY, M. et al. Balanço social: convergências e divergências entre os modelos IBASE, GRI e Instituto Ethos. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 1., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <http://ccn-ufsc-cdn.s3-website-us-west-2.amazonaws.com/ICCF/index.htm>. Acesso em: 27 set. 2021.

GRAJEW, O.; YOUNG, R. **Relatórios de sustentabilidade**. São Paulo: Instituto Ethos, 2010.

GRAY, David E.. **Pesquisa no Mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GRZYBOWSKI, C. **Balanco Social**: um convite à transparência das empresas. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br> . Acesso em: 31 mar. 2022.

HAMMOND, Allen *et al.* **Environmental indicators**: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development. Washington: World Resources Institute, 1995. 58 p. Disponível em: http://pdf.wri.org/environmentalindicators_bw.pdf. Acesso em: 23 jun. 2021.

HASAN, M.; MORRISON, A. Current University Environmental Management Practices. **Journal of Modern Accounting & Auditing**, v. 7, n. 11, p. 1292-1300, 2011.

IBASE. **Home**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2021. Disponível em: <http://www.ibase.br>. Acesso em: 01 mar 2021.

INSTITUTO ETHOS **Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial 2005**. São Paulo: Instituto Ethos, 2005.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/2009/Livro_BrasilDesenvEN_Vol03.pdf. Acesso em: 29 ago. 2021

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Políticas sociais: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_completo.pdf. Acesso em 29 ago. 2021

KEINERT, Tania M Mezzomo. Sustentabilidade: caminho ou utopia? **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 11, n. 4, p. 243-243, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/JFHmDnLnXDHPPWGRnc99kXh/?lang=pt>. Acesso em: 31 mar. 2022.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanco social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

LANDRY, Maurice. A Note on the Concept of 'Problem'. **Organization Studies**, [s.l.], v. 16, n. 2, p. 315-343, mar. 1995. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/017084069501600206>. Acesso em: 23 jun. 2021.

LAROCCA, Noberto Genaro. Búsqueda de modelos contables aplicados a Reguladores en el segmento de Contabilidad Gubernamental Proyecto Ubacit E016 2001-2004. Buenos Aires: UBACIT, 2004

LE COADIC, Yves, François. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, A. P. L., Brasileiro, F. S., Menezes, I. P., & Garcia, J. C. R., (2012). **Conceitos, práticas e desafios da responsabilidade social na produção científica**. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, v. 2, n. 2, p. 30-42.

LIMA FILHO, Gilvan Dias de; BARROS, Cristine Sousa. A Utilização do Balanço Social como Instrumento de Otimização das Informações Contábeis nas Organizações Públicas. **Revista Científica Semana Acadêmica**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 1-26, jan. 2016. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/15_artigo_revista_0.pdf. Acesso em: 27 set. 2021.

LIMA, Edinício Oliveira; STETTINER, Caio Flavio; FERREIRA JÚNIOR, Samuel. Balanço social e o “full disclosure” no terceiro setor. **RTA - Revista de Tecnologia Aplicada**, Campo Limpo Paulista, v. 10, n. 1, p. 23-39, abr. 2021. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RTA/article/view/1734>. Acesso em: 27 set. 2021.

LIMA, Helena Mara Oliveira.; PINHEIRO, Hugo Macário de Brito. Responsabilidade social da contabilidade: uma proposta de balanço social como instrumento de apoio á gestão do desenvolvimento local. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**, [s. l.]. 2004. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2315>. Acesso em: 27 set. 2021.

LOUETTE, Anne. Gestão do Conhecimento: compêndio para a sustentabilidade: ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental. São Paulo: Antakarana Cultura Arte e Ciência, 2007.

MARCHEZAN, Cleber Antônio. **Os impactos do programa extensão empresarial no processo de profissionalização das empresas**: estudo aplicado no Corede Noroeste Colonial. Dissertação (mestrado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí). Ijuí, 2010. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/88/Cleber%20Antonio%20Marchezan.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 jun. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Alex Sandro Rodrigues *et al.* O balanço social como um instrumento de informação para a sociedade: um estudo na universidade federal do rio grande. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 49-70, 26 abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2013v10n19p49>. Acesso em: 31 mar. 2022.

MARTINS, Caroline Miriã Fontes; BERNARDO, Denise Carneiro dos Reis, MADEIRA, Geová José. Origem e evolução do Balanço Social no Brasil. **Revista Mineira de Contabilidade**, Belo Horizonte, v. 4, n. 9, p 6-11, jan./mar. 2003. Disponível em: <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/501>. Acesso em: 27 set. 2021.

MAZZIONI, Sady. **Delineamento de um modelo de balanço social para uma fundação universitária**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2005. Disponível em: http://www.bc.furb.br/docs/TE/2005/299130_1_1.pdf. Acesso em: 23 jun. 2021.

MEDEIROS JÚNIOR, Geraldo José. Universidade e responsabilidade social. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL*, 4., 2004, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Inpeau, 2004. p. 1-6. Disponível em: <https://coloquios.inpeau.ufsc.br/coloquio04/a6.htm>. Acesso em: 23 jun. 2021.

MEDEIROS, Luiz E.; REIS, Carlos N. **Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social**: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2007.

MELO NETO, Francisco P. de; FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa**: o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MENDES, Roselaine da Cruz; OLEIRO, Walter Nunes; QUINTANA, Alexandre Costa. A contribuição da contabilidade e auditoria governamental para uma melhor transparência na gestão pública em busca do combate contra a corrupção no Brasil;. **SINERGIA - Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 37–48, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/sinergia/article/view/1478>. Acesso em: 27 set. 2021.

MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidência. **Revista Contabilidade & Finanças**, [s. l.], v. 19, n. 47, p. 89-101, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34263>. Acesso em: 27 set. 2021.

MORAES, Daniela A.; SOUSA, Almir F. **A responsabilidade social e o balanço social da empresa**. São Paulo: USP, 2002. Disponível em: http://www.ead.fea.usp/tcc/trabalhos/artigo_Daniela%20Moraes.pdf. Acesso em 10 jan. 2021

MOREIRA, José Vitório Tavares.; NUNES, Marilene Gonçalves. Sistema de informações para os projetos acadêmico administrativos do Unileste MG. **DOXA: Revista Semestral do Unileste MG, Coronel Fabriciano**, v. 6, n. 1, p. 43-54, 2004.

MOREIRA, José Vitório Tavares; NUNES, Marilene Gonçalves. Gestão da informação em uma instituição de ensino superior: registros acadêmicos em foco. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 10, n. 2, p. 248-261, dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/765>. Acesso em: 27 set. 2021.

MORI JUNIOR, Renzo; FIEN, John; HORNE, Ralph. Implementing the UN SDGs in Universities: challenges, opportunities, and lessons learned. **Sustainability: the Journal of Record**, [s.l.], v. 12, n. 2, p. 129-133, abr. 2019. Disponível em: <https://www.liebertpub.com/doi/10.1089/sus.2019.0004>. Acesso em: 31 mar. 2022.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; BRAGA, Kátia Soares. **Métodos para a pesquisa em ciência da informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.

NASCIMENTO, Josiane F.; SOUZA, Valdiva R. Elaboração do Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado de instituição pública: um estudo de caso. **Revista Contabilidade & Amazônia**, Sinop, v. 3, n. 1, 2010.

NEGRA, Carlos Alberto Serra; TEIXEIRA, Fabrícia Souza; CARMO, Rosemeyre Francisca do. O Balanço Social na Gestão das Instituições de Ensino Superior. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 09-34, 2009. Disponível em:

<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/181>. Acesso em: 23 jun. 2021.

NOGUEIRA, Maria da Graça Saraiva.; GARCIA, Tania Elisa Morales.; RAMOS, Maria da Graça Gomes. Governança corporativa, responsabilidade social corporativa: a visão de atores de uma Instituição de Ensino Superior – IES federal. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 222-244, 2012. Disponível em; <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2012v5n3p222>. Acesso em: 27 set. 2021.

NOVELINI, Carolina Pasquini.; FREGONESI, Mariana Simões Ferraz do Amaral. Análise da divulgação de informações sobre investimentos sociais por empresas que se declaram socialmente responsáveis. **Revista de Contabilidade e Organizações - USP**, São Paulo, v. 7, n. 17, p. 90-101, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/56695>. Acesso em: 27 set. 2021.

OECD. **Organization for Economic Cooperation and Development**: core set of indicators for environmental performance reviews; a synthesis report by the group on the State of the environment. Paris, 1993. Disponível em: [https://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=OCDE/GD\(93\)179&docLanguage=En](https://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=OCDE/GD(93)179&docLanguage=En). Acesso em: 23 jun. 2021.

OLIVEIRA, Silvio L. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, Monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

OLIVEIRA, M. C.; *et al.* O balanço social como instrumento de evidenciação da responsabilidade social das empresas. SEMINÁRIO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL, 2., Aquiraz, 2002. Anais... Aquiraz, 2002.

ONU BRASIL. **Documentos temáticos**: ODS 1, 2, 3, 5, 9, 14. 2017. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/documentos-tematicos--ods-1--2--3--5--9--14.html>. Acesso em: 31 mar. 2022.

ONU BRASIL. **Nações Unidas do Brasil**. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/> Acesso em: 19 maio 2019.

ONU BRASIL. **Transformando nosso mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2016. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2022.

PATZLAFF, Airton Carlos et al. Auditoria e balanço social: o potencial intrínseco do controle social na promoção do desenvolvimento. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 187-200, dez. 2014. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/5128>. Acesso em: 27 set. 2021.

PEDRINI, Dalila M.; OLIVEIRA, Adriana L. A economia solidária como estratégia de desenvolvimento. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, 2007. Disponível em; <https://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/89>. Acesso em: 27 set. 2021.

PETRELLI, Cristina Melim. O Balanço Social como uma ferramenta gerencial no processo de transparência entre universidade e sociedade. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Brasília, CFC, v.33, n.146, p. 48-59, mar./abril, 2004.

PETRINI, Maira; POZZEBON, Marlei. Managing sustainability with the support of business intelligence: integrating socio-environmental indicators and organisational context. **The Journal Of Strategic Information Systems**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 178-191, dez. 2009. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0963868709000183?via%3Dihub>. Acesso em: 31 mar. 2022.

PINTO, A. L.; RIBEIRO, M. de S. Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no Estado de Santa Catarina. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, n. 36, p. 21-34, 2004.

PIRES, Elizangela G. **Balanço social**: um instrumento de transparência da nova gestão pública. 2009. Florianópolis: UFSC, 2009.

PONCHIROLLI, Osmar. **Ética e responsabilidade social empresarial**. Curitiba: Juruá, 2007.

PROCHERA, Antonio Rafael. **Balanço social**: estudo de caso em uma Universidade Federal. 2015. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/22291>. Acesso em: 27 set. 2021

PUCRS: uma análise a partir do Projeto Rede de Indicadores de Avaliação da RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

REIS, Carlos Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade social das empresas e balanço social**: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2007.

RESENDE, Leandro Lima et al. Balanço social na Universidade Federal de São João Del-Rei: ética e transparência na universidade pública. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 18., 2008, [s. l.]. **Anais [...]**. [s. l.]: Seget, 2008. p. 1-15. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/artigos2008.php?pag=68>. Acesso em: 23 set. 2021.

RICCIO, Edson Luiz. **Uma contribuição ao estudo da contabilidade como sistema de informação**. 1992. Tese (Doutorado em Administração Geral) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12131/tde-19012009-121736/pt-br.php>. Acesso em: 23 jun. 2021.

RICO, Elizabeth M. **A responsabilidade social empresarial e o Estado**: uma aliança para o RIZZI, Fernanda Basaglia. Balanço Social e Ação de Responsabilidade Social das Empresas. In: ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord.) **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. **Projetos sociais corporativos: como avaliar e tornar essa estratégia eficaz.** São Paulo: Atlas, 2010.

SÁ, Antônio Lopes de; SÁ, Ana. Maria Lopes de. **Dicionário de contabilidade.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SÁ, Marcelo. et, al. **Responsabilidade socioambiental: um desafio para a micro e pequena empresa.** Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGET, 2013. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/53418641.pdf>. Acesso em: 05 de set. 2021.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 1.585, de 26 de novembro de 2021.** Cria o Centro de Educação Superior do Meio Oeste (CESMO), da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), e seu respectivo campus e estabelece outras providências. Florianópolis: DOESC, 30 nov. 1990. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-1585-2021>. Acesso em: 13 nov 2021

SANTA CATARINA. **Lei nº 8092, de 1 de outubro de 1990.** Transforma a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, em Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, e dá outras providências. Florianópolis: DOESC, 19 out. 1990. Disponível em: http://fat.udesc.br/leis/lei_8092-1990.htm. Acesso em: 09 dez. 2021.

SANTA CATARINA. **Lei nº12.918, de 23 de janeiro de 2004.** Cria o Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina para empresas estabelecidas em território catarinense. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2004/12918_2004_lei.html. Acesso em: 25 set. 2021.

SANTOS, Fernando de Almeida. **Experiências corporativas em sustentabilidade e responsabilidade social.** São Paulo: Baraúna, 2014.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação.** Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>. Acesso em: 23 jun. 2021.

SAVOLDI, Zélia; ZAMBERLAN, Luciano; SPAREMBERGER, Ariosto. A responsabilidade social em cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul. *In: BÜTTENBENDER, Pedro Luís. Gestão de Cooperativas. Fundamentos, Estudos e Práticas.* Ijuí/RS. Ed.Unijuí, 2011 p.77-102.

SHERA, J. H. **Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação.** In: GOMES, H. E. (Org.). *Ciência da informação ou informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 91-105.

SILVA, Ana Paula Ferreira da *et al.* Indicadores sociais: um estudo realizado com base nos balanços sociais de empresas que receberam o selo Ibase. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade,** Campina Grande, v. 2, n. 1, p. 72-86, 15 dez. 2012. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/44>. Acesso em: 27 set. 2021.

SILVA, Armando Malheiro da. **A Informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico.** Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, Gilberto Soares da. ; ALMEIDA, Lia de Azevedo. Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Sustentável: Uma proposta de Indicadores de Sustentabilidade. *In: IX SP -*

Seminário de Pesquisa Interdisciplinar, 2017, Florianópolis. **Anais do IX SP - Seminário de Pesquisa Interdisciplinar**, 2017. Disponível em: <https://pec.unisul.br/index.php/SPI/SPIIX>
Acesso em: 27 set. 2021.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010. 256 p.

SILVA, Naiane Gouveia da et al. Balanço social no setor público: uma análise comparativa no governo do estado do Amazonas. **Revista de Administração de Roraima - RARR**, Boa Vista, v. 6, n. 1, p. 156-173, 2 ago. 2016. Disponível em:
<https://revista.ufr.br/adminrr/article/view/3477>. Acesso em: 27 set. 2021.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUSA, E.V. **A Responsabilidade Socioambiental nas organizações promove ações que beneficiam seus stakeholders, além de auto beneficiar-se com os resultados de sua implementação**. Conselho Federal de Administração, 2015. Disponível em:
<http://www.cfa.org.br/acoes-cfa/artigos/usuarios/responsabilidade-socioambiental-nas-organizacoes>. Acesso em: 20 set. 2021.

SOUZA, D. C.; KUHL, M. R.; PACHECO, V. Balanço Social: uma análise comparativa entre objetivos propostos na literatura e a realidade empírica. **Revista Capital Científico**, v. 7, n. 1, p. 99-113, 2009. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/33006/balanco-social--uma-analisecomparativa-entre-objetivos-propostos-na-literatura-e-a-realidade-empirica>. Acesso em: 10 jan. 2022

SOUZA, Herbet de. **Balanço Social nas empresas públicas**. Folha de São Paulo, São Paulo. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi260306.htm>. Acesso em: 09.dez.2021

SROUR, Robert Henry. **Ética empresarial: a gestão da reputação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

TARAPANOFF, Kira; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de; CORMIER, Patrícia Marie Jeanne. Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 91-100, dez. 2000. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ci/a/gDKsspB85XygDsW7wwNDmJM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2021.

TARAPANOFF, Kira; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de; CORMIER, Patricia Marie Jeanne. Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 91-100, dez. 2000. Disponível em:
<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/876>. Acesso em: 27 ago. 2021.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (org.). **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço social e o relatório da sustentabilidade*. São Paulo: Atlas, 2010

TORRES, C.; MANSUR, C. **Balanço Social, dez anos: o desafio da transparência**. Rio de Janeiro: IBASE, 2008.

TORRES, Ciro. Um pouco da história do balanço social. 2010. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em 10 out. 2019.

UDESC. **Plano 20 Udesc: 2010-2030**. c2016a. Disponível em : <https://www.udesc.br/proreitoria/proplan/plano20>. Acesso em 11 nov. 2021

UDESC. **Prestando Contas**. 2020. Disponível em: <https://www.udesc.br/prestandocontas>. Acesso em: 11 nov. 2020

UDESC. **Secretaria dos Conselhos Superiores**. c2016b. Disponível em: <https://www.udesc.br/secretaria/secon>. Acesso em: 09 dez. 2021

UDESC. **Sobre a Udesc**. c2016c. Disponível em: <https://www.udesc.br/sobre>. Acesso em: 09 dez. 2021.

UNESCO. **Roadmap for Implementing the global action programme on education for sustainable development**. Paris: Unesco, 2014. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1674unescoroadmap.pdf>. Acesso em: 26 set. 2021.

UNIVILLE. **Notícias**. 2020. Disponível em: <https://www.univille.edu.br/noticias/2020.11/univille-e-certificada-por-responsabilidade/885294>. Acesso em: 02 mar.2022

VALLE, Barbara de Souza. **A institucionalização da responsabilidade social empresarial em Minas Gerais: Uma análise dos discursos e políticas da FIEMG**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-8JAGAH/dissert_barbara_valle_final.pdf?sequence=1. Acesso em: 20 set. 2021

VAN BELLEN, Hans Michael. Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. **Cadernos Ebape.Br**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 01-14, mar. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/k77Q3nc4KhT3cfFJS9jRKwh/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.

VELAZQUEZ, Luis et al. Sustainable university: what can be the matter?. **Journal Of Cleaner Production**, [S.L.], v. 14, n. 9-11, p. 810-819, jan. 2006.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: EPU, 2001.

WACHHOLZ, Chalissa Beatriz.; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Indicadores de sustentabilidade na PUCRS: uma análise a partir do Projeto Rede de Indicadores de Avaliação da Sustentabilidade em Universidades Latino-Americanas. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v.

15, n. 2, 2015. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/6968>. Acesso em: 31 mar. 2022.

WERSIG, G., NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**. v. 9, n. 4, 1975. Disponível em: <https://sigir.org/files/museum/pub-13/18.pdf> . Acesso em: 19 dezembro 2021.

ZORRINHO, Carlos. **Gestão da Informação**: condição para vencer. Lisboa: IAPMEI, 1995.

**APÊNDICE A – LISTA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR VINCULADAS A SECRETARIA ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA**

Nome	Dep. Adm.	Município	Site
FACC-FACULDADE CONCÓRDIA	Privada	CONCÓRDIA	http://www.facc.com.br/portal/
BOM JESUS IELUSC	Privada	JOINVILLE	http://www.bomjesusielusc.edu.br/
CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICA DE SC	Privada	JARAGUÁ DO SUL	https://www.catolicasc.org.br/
CENSUPEG	Privada	ANITA GARIBALDI	https://www.censupeg.com.br/academy/
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BLUMENAU- CESBLU	Privada	BLUMENAU	NÃO TEM SITE
CENTRO UNIVERSITARIO MUNICIPAL DE SAO JOSE- USJ	Privada	SÃO JOSÉ	https://usj.edu.br/
CESUSC-FACULDADE CESUSC	Privada	FLORIANÓPOLIS	https://www.cesusc.edu.br/
EDUCON -PUCRS	Privada	CUNHA PORÃ	https://www.pucrs.br/
ESTÁCIO	Privada	FLORIANÓPOLIS	https://estacio.br/
ESUCRI-ESCOLA SUPERIOR DE CRICIÚMA	Privada	CRICIÚMA	https://www.esucri.com.br/
FACULDADE AÇÃO	Privada	RIO DO SUL	http://www.faculdadesacao.com.br/
FACULDADE AIEC	Privada	FLORIANÓPOLIS	https://www.aiec.br/
FACULDADE ANHANGUERA	Privada	FLORIANÓPOLIS	https://www.ananguera.com/
FACULDADE BARDDAL	Privada	FLORIANÓPOLIS	https://querobolsa.com.br/BARDALL
FACULDADE BORGES DE MENDONÇA	Privada	FLORIANÓPOLIS	https://www.bm.edu.br/
FACULDADE CNEC ITAJAÍ	Privada	ITAJAÍ	https://educacaosuperior.cnecc.com.br/
FACULDADE DA FRONTEIRA - FAF	Privada	DIONÍSIO CERQUEIRA	https://www.educaedu-brasil.com/centros/faculdade-da-fronteira--faf
FACULDADE DAMA	Privada	CANOINHAS	https://faculdedadama.com.br/
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA - FAE	Privada	BLUMENAU	https://ead.unilins.edu.br/
FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DE SC - FADESC	Privada	PALHOÇA	https://www.fadesc.com.br/
FACULDADE DE EDUC. DA LAPA - FAEL	Privada	AGROLÂNDIA	https://fael.edu.br/
FACULDADE DE TECNOLOGIA SAO CARLOS-FATESC	Privada	JOINVILLE	www.decisaococ.com.br
FACULDADE DECISÃO - FADEC	Privada	FLORIANÓPOLIS	NÃO TEM SITE

FACULDADE EMPREENDEDORA AURORA	Privada	CAÇADOR	https://graduacaoead.faculdadeunica.com.br/
FACULDADE EXPONENCIAL - FIE	Privada	CHAPECÓ	https://www.ead.com.br/faculdades/fie-faculdade-exponencial
FACULDADE METROPOLITANA DO PLANALTO NORTE-FAMEPLAN	Privada	CANOINHAS	NÃO TEM SITE
FACULDADE OPET	Privada	SÃO BENTO DO SUL	https://www.opet.com.br/uniopet/conheca
FACULDADE PORTO DAS ÁGUAS - FAPAG	Privada	PORTO BELO	https://www.fapag.edu.br/
FACULDADE REFIDIM	Privada	JOINVILLE	https://ava.faculdaderefidim.edu.br
FACULDADE SANTA RITA DE CHAPECÓ	Privada	CHAPECÓ	https://portalsantarita.com.br/
FACULDADE UNIÃO BANDEIRANTE-UNIBAN/FUBSJ	Privada	SÃO JOSÉ	https://uniaobandeirante.edu.br/
FACULDADE VISCAIA	Privada	ITAPOÁ	NÃO TEM SITE
FAEM FACULDADES-FACULDADE EMPRESARIAL DE CHAPECÓ	Privada	CHAPECÓ	https://faculdadefaem.edu.br/
FATENP-FACULDADE DE TECNOLOGIA NOVA PALHOÇA	Privada	PALHOÇA	https://portal.unigranrio.edu.br/fatenp
FAVINCI-FACULDADE LEONARDO DA VINCI	Privada	TIMBÓ	NÃO TEM SITE
FGG-FACULDADE GUILHERME GUIMBALA	Privada	JOINVILLE	https://fgg.edu.br/
FLT-FACULDADE LUTERANA DE TEOLOGIA	Privada	SÃO BENTO DO SUL	https://flt.edu.br/
FMIT-FACULDADE METROPOLITANA DE ITAJAÍ	Privada	ITAJAÍ	https://www.fmit.edu.br/
FSL-FACULDADE SÃO LUIZ	Privada	BRUSQUE	https://www.saoluissead.com.br/
FUCAP-FACULDADE CAPIVARI	Privada	CAPIVARI DE BAIXO	https://www.fucap.edu.br/wp/
FURB-UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	Privada	BLUMENAU	https://www.furb.br/web/10/portugues
FVA-FACULDADE DO VALE DO ARARANGUÁ	Privada	ARARANGUÁ	https://www.fva.com.br/
HORUS-FACULDADES PINHALZINHO	Privada	PINHALZINHO	https://www.horus.edu.br/
INESA-INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR SANTO ANTÔNIO	Privada	JOINVILLE	http://www.santoantonio.edu.br/portal/
INST.SANTA CATARINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA -ISCEC	Privada	SÃO JOSÉ	NÃO TEM SITE
INST.TEC. DE DESENV. EDUC. - ITDE- JARDINÓPOLIS	Privada	JARDINÓPOLIS	http://www.iepjardinopolis.com.br/
INSTITUTO DE ENS SUPERIOR DA GRANDE FPOLIS-IESGF	Privada	SÃO JOSÉ	https://www.ies.edu.br/
SENAC BLUMENAU-FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC	Privada	BLUMENAU	https://portal.sc.senac.br/portal/home/default.aspx
SENAI BLUMENAU-FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI	Privada	BLUMENAU	https://sc.senai.br/pt-br/faculdade-senai-blumenau

SINERGIA-FACULDADE SINERGIA	Privada	NAVEGANTES	https://www.sinergia.edu.br/
UCEFF	Privada	ITAPIRANGA	https://www.uceff.edu.br/uceff/itapiranga
UNC-CAMPUS CANOINHAS	Privada	CANOINHAS	https://unc.br/
UNESC	Privada	ARARANGUÁ	https://www.unesc.net/portal/unes
UNIARP-UNIV.DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE	Privada	FRAIBURGO	https://uniarp.edu.br/
UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO	Privada	INDAIAL	https://portal.uniasselvi.com.br/
UNIAVAN ITAPEMA-FACULDADE DE DIREITO AVANTIS DE ITAPEMA	Privada	ITAPEMA	http://itapema.avantis.edu.br/
UNIBAVE-CENTRO UNIV. BARRIGA VERDE	Privada	COCAL DO SUL	https://unibave.net/
UNICESUMAR	Privada	JARAGUÁ DO SUL	https://www.unicesumar.edu.br/home/
UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO IGUAÇU - UNIGUAÇU	Privada	CANOINHAS	https://uniguacu.edu.br/
UNIDAVI	Privada	ITUPORANGA	https://www.unidavi.edu.br/
UNIFACVEST-CENTRO UNIVERSITÁRIO FACVEST	Privada	LAGES	https://www.unifacvest.edu.br/
UNIFEBE-CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE	Privada	BRUSQUE	https://www.unifebe.edu.br/site/
UNIGRAN	Privada	JARAGUÁ DO SUL	https://www.unigran.br/dourados/
UNINTER - CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	Privada	PALHOÇA	https://www.uninter.com/
UNIPLAC-UNIV. DO PLANALTO CATARINENSE	Privada	LAGES	https://www.uniplaclages.edu.br/
UNISATC-CENTRO UNIVERSITÁRIO SATC	Privada	CRICIÚMA	https://unisatc.com.br/cursos-unisatc/
UNISOCIESC	Privada	CHAPECÓ	https://www.unisociesc.com.br/#
UNISUL	Privada	ARARANGUÁ	https://www.unisul.br/wps/portal/home/sobre-o-portal
UNIV DO NORTE DO PARANÁ - UNOPAR-SÃO CARLOS	Privada	SÃO CARLOS	https://www.unopar.com.br/
UNIVALI	Privada	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	https://www.univali.br/Paginas/default.aspx
UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	Privada	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	https://portal.anhembi.br/
UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO	Privada	ANITA GARIBALDI	https://www.castelobranco.br/
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	Privada	FLORIANÓPOLIS	https://www.unisinos.br/
UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	Privada	CHAPECÓ	https://www.ulbra.br/canoas
UNIVERSIDADE PAULISTA	Privada	CRICIÚMA	https://inscricoes.unip.br/inscricao
UNIVERSIDADE POTIGUAR	Privada	FLORIANÓPOLIS	https://www.unp.br/

UNIVERSIDADE SALVADOR	Privada	ARARANGUÁ	https://www.unifacs.br/
UNIVILLE	Privada	SÃO BENTO DO SUL	https://www.univille.edu.br/
UNIVINCI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	Privada	GUARAMIRIM	NÃO TEM SITE
UNOCHAPECÓ	Privada	SÃO LOURENÇO DO OESTE	https://www.unochapeco.edu.br/
UNOESC	Privada	CAMPOS NOVOS	https://www.unoesc.edu.br/
FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA - FMP	Municipal	PALHOÇA	http://fmpsc.edu.br/
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE - IFC	Federal	ARAQUARI	https://ifc.edu.br/
INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECN. -IFSC	Federal	ARARANGUÁ	https://www.ifsc.edu.br/
UNIV. ESTADO SANTA CATARINA - UDESC	Estadual	LAGES	https://www.udesc.br/
UNIV. ESTADUAL DE PONTA GROSSA	Estadual	FLORIANÓPOLIS	https://www.uepg.br/
UNIV. FED. RIO GDE DO SUL - UFRGS	Federal	ITAIÓPOLIS	http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial
UNIV. FEDERAL DE PELOTAS - UFPel	Federal	VIDEIRA	https://portal.ufpel.edu.br/
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	Federal	CHAPECÓ	http://www.uffs.edu.br/
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA-UFSC	Federal	FLORIANÓPOLIS	http://ufsc.br/

**APÊNDICE C – ITENS DO MODELO BALANÇO SOCIAL PROPOSTO PELO
IBASE**

Nº ITEM	NOME ITEM
1	Nome da Instituição:
2	Tipo/categoria:
3	Natureza jurídica: associação, fundação, sociedade
4	Possui certificado CEAS: sim, não
5	Possui registro no: CNAS, CEAS, CMAS
6	De utilidade pública?
7	Se sim: federal, estadual, municipal
8	Classificada como OSCIP; sim, não
9	Recursos Governamentais(subvenções)
10	Doações de Pessoas Jurídicas
11	Doações de pessoas Físicas
12	Contribuições
13	Patrocínios
14	Cooperação internacional
15	Prestação de serviços
16	Outras receitas
17	Projetos, programas e ações sociais (excluindo pessoal)
18	Pessoal (salários + encargos + benefícios)
19	Despesas operacionais
20	Impostos e taxas
21	Financeiras
22	Capital (máquinas + instalações + equipamentos)
23	Outras (que devem ser discriminadas conforme relevância)
24	Alimentação
25	Capacitação e desenvolvimento profissional
26	Creches ou auxílio-creche
27	Saúde
28	Segurança e saúde no trabalho
29	Transporte
30	Bolsas e estágios
31	Assistência Jurídica, esporte, cultura e lazer
32	Atendimento a comunidade na área da saúde (Policlínica)
33	Bolsas filantrópicas (Programa de Ação Afirmativa, ProUni cota, ProUni, PEC-G, Programa Interno)
34	Outras bolsas (FIES, Capes/CNPq, outras)
35	Nº total de alunos(as)
36	Nº de alunos(as) com bolsas integrais
37	Valor total das bolsas integrais
38	Nº de alunos(as) com bolsas parciais
39	Valor total das bolsas parciais

40	Nº de alunos(as) com bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa	103
41	Valor total das bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa	
42	Nº de empregados(as) ao final do período	
43	Nº de admissões durante o período	
44	Nº de prestadores de serviços(terceirizados)	
45	Nº de empregados(as) acima de 45 anos	
46	Nº de mulheres que trabalham na Instituição	
47	% de cargos de chefia ocupados por mulheres	
48	Idade média das mulheres em cargos de chefia	
49	Salário médio das mulheres	
50	Idade média dos homens em cargos de chefia	
51	Nº de homens que trabalham na Instituição	
52	Salário médio dos homens	
53	Nº de negros(as) que trabalham na Instituição	
54	% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	
55	Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia	
56	Salário médio dos(as) negros(as)	
57	Nº de brancos(as) que trabalham na instituição	
58	Salário médio dos(as) brancos(as)	
59	Nº de bolsistas e estagiários(as)	
60	Nº de voluntários(as)	
61	Nº portadores(as) necessidades especiais	
62	Salário médio portadores(as) necessidades especiais	
63	Nº total de Docentes	
64	Nº de doutores(as)	
65	Nº de mestres(as)	
66	Nº de especializados(as)	
67	Nº de graduados(as)	
68	Nº total de funcionários(as) no corpo técnico e administrativo	
69	Nº de mestres(as)	
70	Nº de especializados(as)	
71	Nº de graduados(as)	
72	Nº de graduandos(as)	
73	Nº de pessoas com ensino médio	
74	Nº de pessoas com ensino fundamental	
75	Nº de pessoas com ensino fundamental incompleto	
76	Nº de pessoas não-alfabetizadas	
77	Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	
78	O processo de admissão de empregados(as) é: % indicação % concurso	
79	A instituição desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional? Sim ou não	
80	Se "sim" na questão anterior, qual? Negros, gênero, opção sexual, PNE	
81	A organização desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade entre alunos(as) e/ou beneficiários(as)? Sim, não	
82	Se "sim" na questão anterior, qual? Negros, gênero, opção sexual, PNE	

83	Na seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental: não são, são
84	A participação de empregados(as) no planejamento da instituição: não ocorre, ocorre chefia, ocorre todos os níveis
85	Os processos eleitorais democráticos para escolha dos coordenadores(as) e diretores(as) da organização não ocorrem, regularmente
86	A instituição possui Comissão/Conselho de Ética para o acompanhamento de: todas as ações, ensino e pesquisa, experimento animal, não tem
87	Outras informações